



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

RENAN SALGADO ALMEIDA

**CIDADES INTELIGENTES PARA QUEM? O CASO SMART CITY LAGUNA NO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CEARÁ**

FORTALEZA
2025

RENAN SALGADO ALMEIDA

CIDADES INTELIGENTES PARA QUEM? O CASO SMART CITY LAGUNA NO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CEARÁ

Monografia apresentada ao curso de graduação em Geografia do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Alexandre Queiroz Pereira

FORTALEZA
2025

RENAN SALGADO ALMEIDA

CIDADES INTELIGENTES PARA QUEM? O CASO SMART CITY LAGUNA NO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CEARÁ

Monografia apresentada ao curso de graduação em Geografia do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Alexandre Queiroz Pereira

Aprovada em: 23/06/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gleilson Angelo da Silva

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Me. Douglas Ribeiro de Oliveira

Universidade Federal do Ceará (UFC)

“O amor não se pode definir; e talvez que esta seja a sua melhor definição.”

(Matias Aires)

AGRADECIMENTOS

Expresso meus profundos agradecimentos a Deus, pois rezo, confio e entrego todos os dias a ele o poder de nos fornecer sempre a luz espiritual fundamental e o amor necessário para prosseguirmos nossa jornada humanitária aqui em vida terrena, também expresso profunda gratidão aos meus pais Maria Rosânia Salgado Almeida e Alexandre de Queiroz Almeida, seres humanos dos quais tenho a enorme bênção de ser filho, e a minha irmã Alexia Salgado Almeida, pois essas são pessoas extremamente especiais em minha vida e que sempre me ajudaram arduamente a seguir os rumos do conhecimento, me fornecendo todas as condições materiais e imateriais necessárias, ao longo da minha vida, para realização do meu caminho de formação escolar e acadêmica. Dedico também reconhecimento e estima imensurável aos meus avós Geraldo de Queiroz Almeida e Maria Mirtes Costa Salgado, pois foram e serão sempre grandes exemplos de vida, tanto ao longo da minha existência quanto no tempo de convívio breve no qual tive a chance de usufruir e aprender infinitamente com ambos.

Agradeço de forma especial a todos os proletários que compõem a UFC, principalmente os do RU, pois são eles que provêm, durante todos os dias de aula, o alimento que nos dá a força e a nutrição necessária para as jornadas estudantis e científicas no ambiente universitário, como também, teço os mesmos sentimentos do meu âmago à todos os servidores TAEs, bibliotecários, proletários dos serviços gerais, motoristas e todos os trabalhadores terceirizados que compõem a universidade, pois os mesmos são a base fundamental para qualquer estudante ter condições de estudo dignas na instituição, sem eles não teríamos condições de realizar nada.

Registro também a minha colossal e incalculável admiração à equipe de docentes do Departamento de Geografia da UFC, entre eles o professor Dr. Alexandre Queiroz Pereira, a quem sou imensamente grato pelo humanismo e suporte de grande valia fornecido à minha pessoa na busca da construção, norteamento e lapidação do conhecimento científico e geográfico, como também pela sua polidez e enorme respeito, tendo sempre a sua pessoa servido como uma referência e influência para mim no âmbito da docência e da pesquisa científica. Da mesma forma, agradeço às Professoras Dra. Maria Edivani Silva Costa e Dra. Maria Alexsandra Vieira Muniz pela honrosa oportunidade fornecida de ter sido bolsista do PIBID, como também das bolsas BIA e PAIP, programas institucionais de extrema importância para a permanência discente nos cursos universitários federais, principalmente durante o delicado período pandêmico no qual a humanidade atravessou, e que, sem a

existência deles, eu não teria as condições materiais e financeiras necessárias para a conclusão da minha graduação em Geografia. Além disso, agradeço a existência da CAPES e das bolsas da própria UFC financiadas pelo MEC, pois são de imprescindível valia para a formação acadêmica, desenvolvimento científico e educacional no Brasil.

Ponho também aqui meu reconhecimento e grandes saudações a todos os discentes e docentes membros do LAPUR, LEATE, LEGES e todos os outros frutíferos laboratório do departamento de geografia, em especial à professora Dra. Maria Clélia Lustosa, professor Dr. Francisco Amaro Gomes Alencar e Professor Dr. Christian Dennys M. de Oliveira, docentes esses que sempre serão infinitas fontes de inspiração no âmbito da geografia e da práxis docente, seres humanos dos quais eu pude ter a divina sorte de aprender com suas extraordinárias aulas, conversas e reflexões. Saúdo calorosamente o professor e velho amigo John Robson de Souza Menezes, agradeço por me fornecer inúmeras referências bibliográficas no campo da sociologia e pelas inúmeras reflexões realizadas em conversas e encontros de cunhos ativistas e culturais na cidade de Fortaleza.

Venho também expressar uma gratidão gigante a pessoa de Gustavo de Melo Rebouças, um ser humano admirável e amigo fabuloso que sempre me incentivou pela busca do conhecimento geográfico e social, fornecendo sempre aporte de todas as maneiras para lapidação do meu hábito de leitura e desenvolvimento crítico da realidade. Sou também imensamente grato às pessoas fabulosas dos professores Dr. Emanuelton Antony N. de Queiroz e Dr. Leonardo Quixadá, por terem sido fantásticos e exemplares supervisores durante minha jornada como bolsista no PIBID. Além disso, guardo e rego em meu coração todos os meus amigos legítimos constituídos ao longo da minha vida e que me proporcionaram diversos momentos de felicidade nas alegrias e apoio nas dificuldades, compartilhando inúmeras vivências, histórias e ensinamentos até o momento presente em minha vida, nutro de um carinho imensurável, sem exceções, por todos.

"Desenvolvimento humano é o processo de alargamento das escolhas dos indivíduos, proporcionando a cada um a oportunidade de tirar o melhor partido das suas capacidades, viver uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e aceder aos recursos necessários para um nível de vida decente."(VIEIRA DE MELLO, Sérgio. **Discursos e Escritos**, Rio de Janeiro)."

RESUMO

O presente estudo tem a intenção de realizar uma breve análise de caso sobre o empreendimento *Smart City* Laguna, tendo em seu cerne a compreensão das temáticas regidas pelo modelo de negócio imobiliário que se apropria do conceito de cidades inteligentes. A pesquisa tem aporte metodológico quali-quantitativo, sendo orientada e pautada sob viés geográfico crítico de interpretação, enfatizando, deste modo, a análise das contradições e impactos gerados tanto no espaço geográfico do empreendimento e do distrito de Croatá(São Gonçalo do Amarante-CE), quanto nas consequências na adoção de tal modelo de negócio *smart* advindo dos agentes hegemônicos de produção do espaço. A pesquisa tem por objetivo a formulação de análises geográficas crítico-reflexivas referentes a mercantilização imobiliária pautada pela publicidade e financeirização da habitação que corroboram com a implementação de tecnologias urbanas. Além disso, temáticas tais como a condição urbana e questão tecnológica serão abordadas criticamente ao longo da pesquisa.

Palavras-chave: cidades inteligentes ; urbano ; tecnologia

ABSTRACT

This study aims to conduct a brief case study of the Smart City Laguna project, focusing on understanding the themes governed by the real estate business model that incorporates the concept of smart cities. The research is guided and grounded by a critical geographic approach to interpretation, emphasizing the analysis of the contradictions and impacts generated both in the Croatá district (São Gonçalo do Amarante, Ceará) and their consequences on the decision-making of such a smart business model by the hegemonic agents of spatial production. The research aims to formulate critical geographic analyses regarding the real estate commodification guided by housing advertising that corroborates the implementation of technologies. Furthermore, issues such as financialization, urban conditions, technological issues and national sovereignty will be critically addressed throughout the research.

Keywords: smart cities; urban ; technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ser humano reduzido à mercadoria.....	15
Figura 2 - Cidadão - mercadoria monitorada.....	17
Figura 3 - Tipologia das dinâmicas urbanas vinculadas à dependência do Brasil...	20
Figura 4 - Empresas com maior capitalização.....	25
Figura 5 - Principais empreendimentos imobiliários do grupos PSC.....	31
Figura 6 - Exemplo estrutural de Proptech.....	32
Figura 7 - Objetivos da ONU para cidades inteligentes.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Endividamento das famílias em relação à renda acumulada nos últimos doze meses.....	22
---	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Localização do Distrito de Croatá no município de São Gonçalo do Amarante – Ceará.....	27
Imagem 2 - Distritos de São Gonçalo do Amarante e Localização do SCL.....	29
Imagem 3 - Zonas industriais da RMF.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Definições do conceito de Smart City pelos CEOs das empresas.....	09
Tabela 2 - Ranking dos principais complexos industriais do nordeste.....	15
Tabela 3 - Tabela de governança do grupo <i>Planet</i>	17
Tabela 4 - Agentes de produção do espaço.....	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIA	Bolsa de Iniciação Acadêmica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIT	Cidade Inteligente
CITs	Cidades Inteligentes
IBM	Institutional Business Machine Corporation
LEGES	Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Espaços Simbólicos
LEATE	Laboratório de estudos agrário e territoriais
LAPUR	Laboratório de Planejamento Urbano e Regional
MPC	Modo de produção capitalista
PAIP	Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência
PIBID	Programa institucional de bolsas de Iniciação à Docência
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PPPs	Parcerias público-privadas
PSC	Planet Smart City
RU	Restaurante Universitário
SC	<i>Smart City</i>
SCL	<i>Smart City Laguna</i>
SCs	<i>Smart Cities</i>
STP	Segurança, território, população.
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
TAEs	Técnicos Administrativos em Educação
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. O CONCEITO DE CIDADES INTELIGENTES E SEUS PARADIGMAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	08
2.1. Mercantilização territorial do espaço urbano e urbanismo de plataforma: o <i>city marketing</i> da indústria imobiliária.....	
3. O CAPITALISMO FINANCEIRIZADO, NEOEXTRATIVISMO E RENTISMO: A QUESTÃO URBANA BRASILEIRA E QUESTIONAMENTOS SOBRE A NEUTRALIDADE DA TECNOLOGIA	17
3.1. A questão tecnológica e o paradigma de poder e acumulação.....	24
4. CARACTERIZAÇÃO CRÍTICA SOBRE O PROJETO IMOBILIÁRIO SMART CITY LAGUNA NO DISTRITO DE CROATÁ EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE.....	27
4.1. A apropriação do conceito de cidades inteligentes como <i>slogan</i> de propaganda capitalista no mercado imobiliário.....	34
4.2. Caso de apropriação: <i>smart city laguna</i>	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

1. INTRODUÇÃO

Frente a amplitude e magnitude da ciência geográfica, que se ramifica em seus diferentes campos de conhecimento, o desenvolvimento deste presente estudo está atrelado ao ramo da geografia humana, mais especificamente à geografia urbana. No entanto, o mesmo tem sua abrangência a outras áreas, tais como as das geografias: econômica, política e inovação. Sendo assim, há uma interdisciplinaridade geográfica ao longo do desenvolvimento do mesmo.

Diante disso, o corrente trabalho tem como seu núcleo temático as questões relacionadas às cidades inteligentes e seus respectivos desdobramentos. O objetivo consiste na elaboração de análises que dêem vazão a compreensão, de forma substancial, dos padrões ofuscados e escondidos na qual tal temática, via de regra, tende a ser apropriada por empresas e corporações que atuam em conluio com o estado burguês clientelista. O trabalho segue uma metodologia quali-quantitativa, sendo munida de uma revisão bibliográfica narrativa, ou seja, não aplica uma estratégia de busca sofisticada e exaustiva, sendo as interpretações das obras, teses e artigos selecionados, sujeitas, diretamente, à subjetividade do autor deste trabalho.

Destarte, o objeto de estudo no que tange a ser transcorrido e analisado é o empreendimento imobiliário Smart City Laguna, localizado em São Gonçalo do Amarante-CE, um dos municípios integrados à região metropolitana de Fortaleza, a localidade possui um detalhe bastante importante, no que se refere à questão industrial do estado, isto é, ele abriga o Complexo Industrial e Portuário do Pecém(CIPP), fazendo com que o município acabe por figurar a um patamar estratégico do Ceará no que se refere a produção de bens pertencentes ao circuito econômico do segundo setor.

O trabalho é dividido em cinco capítulos, onde no primeiro é feito uma investigação sobre o conceito de cidades inteligentes, como também das origens de seu surgimento. Durante a construção do capítulo será demonstrada a posição interpretativa a ser adotada pelo autor. No segundo, segue uma caracterização crítica do objeto de estudo, ou seja, é realizado uma análise histórico-dialética crítica acerca do empreendimento e seus impactos no distrito de Croatá. Dando continuidade, o terceiro capítulo tem seu foco em problematizar a apropriação do

conceito de cidades inteligentes que serve de aparato para publicidade da habitação, dando ênfase a problemática da produção do espaço, além de desenvolver a problemática em torno da mercantilização territorial e das adoções da gestão do empreendimento via urbanismo de plataforma. O último capítulo visa a análise crítica das consequências provocadas pela financeirização da vida e as problemáticas acarretadas em volta da questão urbana nacional, além de buscar traçar uma breve análise acerca da conceituação de tecnologia, seu desenvolvimento, bem como as consequências acarretadas pela mesma, que está sob os ditames atuais de acumulação.

2. O CONCEITO DE CIDADES INTELIGENTES E SEUS PARADIGMAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Conceituar "cidades inteligentes" é um grande desafio, pois tal conceito acaba sendo dotado de características multifacetadas, sendo suas conceituações vacilantes, além de abrir um leque enorme para diversas e diferenciadas interpretações a depender da cosmovisão e do viés político de cada um dos autores que abordam o conceito em suas obras.

Frente a isso, muitas definições acabam por enfatizar a instrumentação e a tecnologia para capturar e analisar dados em tempo real, já outras buscam um enfoque maior no que diz respeito a qualidade de vida, sustentabilidade e integração dos recursos urbanos aliados à implementação de tecnologias. Tais perspectivas e definições acabam ocasionando diversas abordagens para enfrentamento dos desafios urbanos contemporâneos. Muitos autores declaram que, no conceito de cidades inteligentes, a tecnologia está em sua centralidade, ou seja, vem a ser a principal solução para melhorar a eficiência e a qualidade de vida nas cidades, outros destacam a importância da sustentabilidade, da inclusão social e de planejamento urbano popular que esteja em congruência e harmonia com a singularidade e cultura característica de cada região.

Tais enclaves conceituais são importantes, pois moldam as políticas, estratégias e investimentos do que chamamos de políticas de desenvolvimento urbano (Tambelli, 2018). Perante isso, é essencial ter consciência dessa ampla gama de perspectivas, bem como o que elas podem acarretar de acordo com as diferentes vertentes dos projetos urbanos que visam a implementação de iniciativas que

possam, de certa forma, garantir o atendimento às necessidades e prioridades das comunidades locais. Devido à diversidade de definições possíveis, ditas até o momento, é preciso mencionar que neste estudo será adotado uma conceituação de cidades inteligentes pautadas em literaturas e obras críticas que entram em choque e discordância com as conceituações neoliberais do que é considerado uma cidade inteligente, ou seja, será adotado um viés crítico e contra-hegemônico, tanto no que tange ao conceito quanto ao termo e suas aplicabilidades.

Deste modo, cabe ser fundamental aguçar a percepção de maneira questionadora, a respeito do pensamento envolto por trás do conceito neoliberal e tecnocêntrico de cidade inteligente.

No mantra da cidade inteligente, a complexidade total de nossos ecossistemas urbanos é reduzida a um monte de dados que podem ser monitorados e controlados. A questão urbana não é considerada social ou política, mas sim como uma questão tecnológica básica, que pode ser resolvida graças às soluções tecnológicas fornecidas pelas empresas privadas (TAMBELLI, 2018, pág.9 *apud* VANOLO, 2014).

Perante o que foi posto, podemos adentrar agora nas origens do surgimento do termo, o mesmo é inventado durante o processo de reestruturação mercadológica e de governança urbana das últimas décadas, a nomenclatura “*smart city*” foi pautada, a princípio, por empresas consideradas as responsáveis pela elaboração do discurso de planejamento urbano neoliberal em cidades dos EUA, tais como IBM e CISCO, ambas provenientes do país mencionado. A seguinte tabela contém algumas das declarações fornecidas pelos líderes corporativos das empresas citadas sobre a concepção de tais corporações sobre a temática em diversas entrevistas.

<p>“Construir um planeta mais inteligente é realista precisamente porque é tão agradavelmente não ideológico.”¹</p>	<p>CEO da IBM, Palmisano(2010)</p>
<p>A cidade inteligente trabalha para aumentar a eficiência e a eficácia de seus serviços e atividades. Os recursos que aproveitam para conseguir isso podem ser altamente variados, mas muitas vezes são tecnologias digitais (tecnologias de informação e comunicação ou TIC).²¹</p>	<p>Brussels Smart City (2017)</p>
<p>As cidades também estão sendo habilitadas tecnologicamente, pois os principais sistemas em que se baseiam tornaram-se instrumentados e interligados, permitindo novos níveis de inteligência. Paralelamente, as cidades enfrentam uma série de desafios e ameaças à sua sustentabilidade - em todos os seus sistemas empresariais e de pessoas e infraestruturas essenciais, tais como transportes, água, energia e comunicação - que precisam ser abordados de forma holística. Para aproveitar oportunidades e construir prosperidade sustentável, as cidades precisam se tornar “mais inteligentes”. Esta instrumentação cria novos pontos de dados sobre, por exemplo, a eficiência dos sistemas de água ou transporte de uma cidade. Além de serem instrumentados, diferentes partes dos sistemas de uma cidade podem ser interligadas, de modo que a informação flua entre elas. Com a maior digitalização e interconexão dos sistemas principais de uma cidade, a informação recém adquirida pode ser usada para a tomada de decisões inteligentes e informadas.</p>	<p>IBM</p>

Tabela 1 - Definições do conceito de Smart City pelos CEOs das empresas. Adaptada pelo autor.
Fonte: Tambelli, 2018.

Frente tais ditames, na busca de um olhar crítico mais aprofundado, podemos compreender que as cidades contemporâneas não são entidades isoladas (Morozov; Bria, 2019), bem como, muito do que acontece nelas ainda é bastante determinado pelas transformações que ocorrem tanto a nível local quanto global, isto é, os conceitos de “empreendedorismo urbano” ou “urbanismo de austeridade”, acabam sendo amplamente associados à ascensão da ideologia neoliberal (Ibid, 2019). É dessa maneira que Morozov e Bria (2019) demonstram que as SC’s estão interligadas diretamente a ascensão ideologia neoliberal no planejamento das cidades nas última décadas:

Em termos práticos, a tendência por soluções tecnológicas rápidas para a burocracia urbana não pode ser explicada apenas por confusão ideológica ou pela fé na tecnologia, uma vez que existem fatores estruturais reais que tornam o recrutamento de empresas de tecnologia para o negócio de administração de uma cidade, de um lado, e a geração de rendimentos para alguns de seus habitantes, de outro, uma escolha tão atraente (Idem., 2019).

Compreender os fatores primordiais que dão luz ao conceito, acaba servindo para nos alertar ao fato de que a concepção e implementação de um projeto para cidades inteligentes genuinamente não neoliberais são, consideravelmente, mais desafiadoras do que pode parecer a princípio. Isso está ligado ao fato de que tal ponto não se resume apenas à adoção de diversas tecnologias alternativas ou à implementação de modelos alternativos de propriedade relacionados aos dados produzidos pela cidade (Ibid, 2019). Embora esses elementos sejam condições necessárias, não são suficientes por si só.

Quando nos referimos às SCs, precisamos entender que ela é formada por uma infraestrutura, normalmente, e na maioria das vezes, principalmente no ocidente, regida por empresas servidoras de internet, cabeamento de fibra óptica e fabricantes de *hardware* e *software*, conseqüentemente, lideradas por grandes transnacionais privadas com foco em aparatos e serviços tecnológicos. Portanto, o mercado de “*smart cities*”, proeminentemente, é considerada uma área de nicho com projeções multimilionárias à escala mercadológica global (Ibid, 2019). No entanto, ao mesmo tempo, tem o poder de gerar contradições sociais e políticas significativas na (re)produção do espaço geográfico. Verifica-se, portanto, que o modelo urbano

transfigurado como *smart city* gera diversas consequências como aponta Ribeiro Filho(2016):

A *smart city*, enquanto tradução urbana do movimento *Big Data*, pode então ser legitimamente questionada como uma utopia tecnológica espacial. As dialéticas da mudança social – história real – são excluídas enquanto a estabilidade social é assegurada por uma forma espacial fixa realizada através da agência do estado e/ou privados (acumulação de capital) (March & Ribera-Fumaz, 2014). Do solucionismo que se percebe na bibliografia *smart city* resulta também a despolitização de questões urbanas - alterações climáticas, crescimento populacional, alterações demográficas e esgotamento de recursos (Arup, 2010, p.4) – são abordadas fundamentalmente através de soluções tecnológicas fornecidas por grandes corporações privadas(Idem,2016).

Conforme o que foi mencionado, as privatizações do espaço em conluio com o agenciamento do estado burguês tomam sua concretude e se adensam ainda mais em face à inflexão neoliberal(Pereira;Costa, 2022). De acordo com Alves(2019), é entendível que “o fornecimento de soluções tecnológicas por empresas a governos diz respeito à capacidade que essas corporações têm de pautar a agenda pública e os modelos de urbanismo”(Ibid,2019).

2.1 Mercantilização territorial do espaço urbano e o urbanismo de plataforma: o *city marketing* da indústria imobiliária e do estado

O capitalismo é um sistema baseado, sobretudo, na busca pelo lucro, essa característica inerente fica ainda mais cristalina ao nos atermos a obra de Karl Marx intitulada *Salário, Preço e Lucro(1865)*. Quando adentramos na questão da habitação, sua finalidade não será diferente. Sendo assim, notamos que há uma expansão abrupta de campanhas por parte de incorporadoras e *proptechs* utilizando como suas principais estratégias de marketing, justamente, a temática das cidades inteligentes para o alcance de vendas e da lucratividade com seus empreendimentos.

A habitação tornou-se produto na condição pós-moderna da sociedade, sendo assim, não é por acaso que o mercado imobiliário é o setor que mais investe em marca no Brasil(Santos; Vegro, 2017). Tal condição nacional do setor de habitação é demonstrada da seguinte forma:

O consumo do habitar por meio de imagens situa-se hoje longe dos anúncios veiculados na mídia impressa, pois envolve diferentes mídias, num jogo delirante. São estratégias propostas pelo marketing imobiliário de mobilização e convocação das subjetividades dos indivíduos facionalmente programadas. Percebe-se o uso acentuado de novas mídias, tais como: aplicativos para celulares, sites, redes sociais, viagens ao futuro empreendimento imobiliário em tours visuais 3D, maquetes tecnológicas, filmes, festas, feiras, apartamento-tipo luxuosamente decorado, o uso da gastronomia, da cultura e de espaços para compras. Essas novas mídias, muitas vezes, não se relacionam diretamente com o produto a ser vendido, mas indubitavelmente cumprem a função de suporte material para a exposição das marcas das grandes incorporadoras brasileiras. (SANTOS; VEGRO, 2017, p. 225)

De acordo com Godinho(2023), o mesmo denuncia, especificamente, as estratégias publicitárias que permeiam a campanha do empreendimento SCL, de acordo com o autor nota-se que:

Toda semelhança no curso narrativo construído nas campanhas de marketing não era por acaso, a empresa contratada para realizar a campanha de marketing é a mesma em ambos os projetos. A estratégia de marketing utilizada pela empresa é chamada de place branding, que visa “buscar as vocações do lugar para fortalecê-lo”. Ainda que não haja uma tradução apropriada para compreender o significado para o português, é possível fazer uma aproximação à ideia de fabricação da marca do lugar, levando em conta tanto aspectos estéticos, quanto simbólicos. (GODINHO, 2023, p.71)

Ao longo do tempo histórico, a produção habitacional no Brasil passou por um longo processo de conluio de relações com o capital financeiro e o Estado, ou seja, aconteceu uma vertiginosa desregulamentação da economia e uma crescente financeirização, sendo assim, ocorreu uma imbricação entre o discurso hegemônico estabelecido pelo neoliberalismo e os modos de subjetivação do sujeito neoliberal, isto significa que tais fatores acabam, substancialmente, contribuindo para homogeneização da baixa qualidade de vida nas cidades, bem como para o aumento das desigualdades sociais(Santos;Vegro, 2017). Tal processo começa a ter ênfase maior no Brasil na década de 90, de acordo com Santos e Vegro(2017), o fortalecimento da financeirização da habitação no Brasil é fortalecido da seguinte forma:

Foi a partir dos anos 1990, com o fechamento do BNH (Banco Nacional de Habitação), sob as políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, que o profissional de marketing passou a integrar o quadro de funcionários das incorporadoras e construtoras brasileiras, que estas passaram a financiar a compra dos imóveis. Antes desse momento, às campanhas para a promoção do produto imobiliário eram encomendadas nas

agências de publicidade. A inserção desse profissional no processo marca a transição de uma gestão empresarial com o foco no produto (projeto arquitetônico) e no processo decisório do sócio-proprietário, para uma gestão empresarial com o foco em marketing, com processo decisório mais pulverizado, quer dizer, sua atuação abrange não somente o planejamento estratégico da venda de determinado produto, mas permeia toda a empresa na sua condução para o mercado. Também, nesse período as principais empresas do setor imobiliário passam a exercer funções simultâneas de incorporação, construção e vendas, incluindo a elaboração de projetos.(SANTOS; VEGRO, 2017, p.228)

Diante disso, a potencialização, na sociedade atual, da lógica imobiliária abruptamente especulada e sendo impulsionada, efetivamente, pela financeirização, bem como o estágio atual de divisão mundial do trabalho aliada a condição defasada de acesso à habitação junto ao aumento de condições laborais precarizadas, geram, assim, danos severos a condição urbana de países em desenvolvimento que, conseqüentemente, ficam mais vulnerabilizados socioeconomicamente, o que vem a ocasionar, de forma potencializada, uma maior segregação do espaço e um endividamento financeiro paulatino de grandes parcelas da população, tal reflexo dessa variável tende a recair com maior ênfase, justamente, na camada mais pobre da sociedade. Marchesini Júnior(2010), reforça que por conta da conjuntura atual do estágio da globalização no sistema capitalista as políticas públicas se voltam ao desenvolvimento local, tendo assim, por consequência, o ganho em força de importância do chamado *city marketing*, isto é, uma ferramenta estratégica utilizada por municípios para atrair investimentos com intuito em, de certa forma, vender a cidade para, de tal modo, tornar o espaço urbano, digamos, mais “atrativo” para o capital neoliberal por meio de investimentos seletivos. Assim, visando a compreensão desse discurso advindo dos agentes hegemônicos de produção do espaço, é preciso nos atermos a compreensão do conceito de fetichismo, ou seja, uma reificação das relações sociais (MARX; ENGELS, 2013 [1867]). Honneth(2018), demonstra que Marx busca analisar ao longo do desenvolvimento de suas obras, na verdade, as patologias cognitivas ou existenciais que são produzidas pela forma de organização da sociedade capitalista. O autor aponta que não podemos confundir “reificação” com “instrumentalização”, da seguinte forma:

Diferente da “instrumentalização”, a reificação pressupõe que nós nem percebamos mais nas outras pessoas as suas características que as tornam propriamente exemplares do gênero humano: tratar alguém como uma “coisa” significa justamente tomá-la(o) como “algo”, despidido de quaisquer características ou habilidades humanas. Possivelmente a equiparação do

conceito “reificação” ao de “instrumentalização” só ocorra com tanta frequência porque com “instrumentos” nós normalmente nos referimos a objetos materiais; mas isto leva a perder de vista que aquilo que torna pessoas adequadas a serem utilizadas como instrumentos para fins de terceiros geralmente são suas características especificamente humanas.(HONNETH, 2018, p.70)

De acordo com Melo(2010), o fenômeno da reificação é bem abrangente e tem suas bases pautadas nas ontologias e práxis formuladas ao longo do tempo, derivantes do pensamento de Marx e cunhada por diferentes autores. No entanto, Melo(2010) se atenta em explicar algumas formulações feitas na obra de Honneth referentes a autores de diferentes períodos, perpassando desde Lukács até teóricos mais modernos como Adorno, declarando que:

Honneth nota que esse esquecimento do reconhecimento teria sido questionado também por Adorno, para quem a ideia de um indivíduo que se “recolhe dentro de si mesmo” apresentaria um lado perverso e reificante caso significasse o afastamento da condição mimética natural na qual o homem se relaciona com seu mundo circundante. Essa imagem de um homem que se separa do mundo apenas para se enclausurar em sua forma monadológica é antes resultado da opressão social que se imprimiu sobre os homens. “O que é humano”, diz Adorno em sua *Minima moralia*, “está preso à imitação: um ser humano só se torna um ser humano na medida em que imita outros seres humanos” (ADORNO, 1993: p. 136). Contra a redução e o empobrecimento que a ordem social imprime sobre os sujeitos, é preciso asseverar antes “a forma primitiva do amor” (Ibidem), rastro de uma utopia capaz de abalar a estrutura da dominação. Além do mais, “Adorno estava plenamente convencido ser possível falar de “reconhecimento”, comenta Honneth, “também em referência a objetos não-humanos; mas esse tipo de discurso significava para ele somente respeitar em tais objetos todos os aspectos e significados singulares que surgiam quando relacionados às atitudes das outras pessoas” (HONNETH, 2005: p. 76). Honneth pretende ir mais além de Adorno nesse ponto ao acentuar que seria em razão do reconhecimento da individualidade de outras pessoas que nos obrigamos a perceber os objetos na singularidade de seus muitos outros pontos de vista. Para Honneth, contudo, os homens podem adotar um comportamento reificante na medida em que perdem de vista o reconhecimento precedente em função de duas causas: ao participarem em uma práxis social na qual a mera observação do outro se tornou um fim em si mesmo, extinguindo toda consciência do engajamento existencial da socialização precedente, ou ao conduzirem suas ações por um sistema ideológico de convicções reificante que os coage à negação posterior do reconhecimento originário. Honneth aponta para casos de racismo e de discriminação de pessoas, grupos e minorias (tratando, por exemplo, do caso dos judeus e das mulheres). Além disso, seu livro traça uma crítica àquelas instituições que coagem os indivíduos a fixar de maneira conclusiva determinados sentimentos, desde o modelo de entrevista de emprego, passando pelos casos mais comuns sobre sites de busca por parceiros na internet.(MELO, 2010, p.234-235)

Tendo tudo isso em vista, o *city marketing*, por meio da ideia de cidade inteligente, acaba por fetichizar a cidade do cidadão e vice-versa, isto é, oculta as relações historicamente determinadas, como também torna mais invisibilizado os reais conteúdos de interesse do capital por trás das formas, que aparentam ser, no dia a dia, neutras, mas que, na verdade, tais interesses são ocultados e embutidos no discurso capitalista de venda do “produto cidade”, fazendo, assim, com que as subjetividades e contradições da (re)produção do espaço sejam aplicadas de maneira objetivada e coisificada (Seixas; Bordignon, 2020). Os tipos de fetichismo podem ser classificados de duas maneiras: o de produção e o de consumo. Sendo o primeiro, designado como uma ilusão criada pelo transnacional poder de produção local que, na verdade, encobre o capitalismo translocal e de gestão global. No caso da segunda tipificação, essa está embutida na experiência do consumidor que é transformado já pelas correntes de mercadoria, quer pelas *mediascapes* que as acompanham (fazendo moda), quer pelas *ideoscapes* que as instituem como sentido único ou como modo (Patrício, [s.d.] *apud* Appadurai, 1996, p.41). Para Harvey (2019), o fetichismo e o consumismo acabam tomando conta do processo de trocas comerciais, tendo em seu bojo, por consequência, a massiva propaganda e comercialização que acaba por reduzir os vestígios da verdadeira imagem e do processo por trás do que se é consumido.



Figura 1: Ser humano reduzido à mercadoria.

Fonte: <https://averdade.org.br/2021/09/ser-humano-reduzido-a-maquina-e-a-mercadoria/>

Além disso, Seixas e Bordignon (2010) frisam que “tal processo ocorre com as tecnologias de modo geral, como mostram Novaes e Dagnino (2004): há sempre

a tentativa de fazê-las parecer neutras e apenas técnicas, ocultando o seu caráter político.” Destarte, a percepção de que o espaço urbano se reproduz enquanto uma condição e produto do sistema capitalista que, conseqüentemente, materializa as contradições que são inerentes ao capitalismo e a cidade, ganha, por assim dizer, uma fundamental importância para o entendimento da condição urbana que está cada vez mais alinhada às pautas neoliberais, ou seja, a percepção de que tal estrutura possui a tendência de atender, exclusivamente, aos interesses de acumulação de capital (Seixas; Bordignon, 2010 *apud* Carlos, 1994). Tal discurso promovido provoca uma espécie de pós-politização, o que pode ser entendido como uma forma de despolitizar, atuando, assim, como uma pós-ideologia, dando a impressão de que não há lutas ou disputas políticas (e espaciais) a serem feitas, e ao mesmo tempo, constrói um ar de imparcialidade à política, aceitando, assim, o *status quo* social. Dessa maneira, a política passa a ser entendida por meio de mecanismos tecnocráticos, contudo, consensuais dentro de um conceito neoliberal de democracia (Seixas; Bordignon, 2010 *apud* Wilson; Swyngedouw, 2014). Ressaltando tal problemática, referente à influência do *marketing* como mecanismo vetor tanto na (re)produção quanto na reestruturação do espaço urbano em conluio com os agentes espaciais da indústria imobiliária, Marchesini Júnior (2010) aponta com contundência que:

O *marketing* tem como objetivo criar necessidades na sociedade, sem que os indivíduos se deem conta disso. Assim pode-se presumir que a procura pela venda é constante, e o marketing acaba por transformar a venda supérflua, e o produto acaba por se adaptar ao consumidor, que através do *marketing* fica pronto para o consumo (DRUCKER, 1973), transformando os indivíduos em “prisioneiros”. O *marketing* tem sua origem para atender as necessidades de mercado, mas não está limitado aos bens de consumo, e vem sendo usado para “vender” idéias, programas sociais, programas eleitorais e também lugares, o que caracteriza a sociedade do consumo em sua essência. As técnicas de marketing são aplicadas em todos os sistemas políticos e em muitos aspectos da vida, e conseqüentemente tem uma participação fundamental para direcionar a reestruturação do espaço. Entendemos, portanto, que o indivíduo é condicionado ao consumo, criando necessidades que na verdade são impostas pela mídia e pelo marketing, como coloca Santos (2003, p. 127) “consumir não mais por necessidade, mas por ansiedade”. (Idem, p.4)

Frente a isso, a influência do *marketing* na produção e consumo do espaço ganha força pujante na conjuntura neoliberal, tal dinâmica de produção e consumo do espaço delinea-se em simplesmente consumido quanto produtivamente

consumido, acaba determinando que a produção, comercialização e consumo do espaço urbano gera assim a conversão das dinâmicas supracitadas como sendo fundamentais para a própria reprodução e acumulação do capital(Sobarzo,2006).



Figura 2: Cidadão - mercadoria monitorada.

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/899429/smart-cities-possibilidades-e-pesadelos-para-a-democracia>

3. O CAPITALISMO FINANCEIRIZADO, NEOEXTRATIVISMO E RENTISMO: A QUESTÃO URBANA BRASILEIRA E QUESTIONAMENTOS SOBRE A NEUTRALIDADE DA TECNOLOGIA

Souza(2023) demonstra, em sua resenha crítica da obra intitulada *Teorema da expropriação capitalista*(2022) do autor Klausse Dörre, os principais fatores para a sobrevivência do capitalismo financeirizado. Em primeiro lugar, Souza(2023), aponta que um dos fatores é o domínio da, digamos, “artimanha” em converter o poder econômico em poder político, advinda, sobretudo, de algumas poucas corporações mundiais gigantes. Em segundo, há a imprescindível ação estatal, isto é, o sistema estatal não pode subsistir sem tal vínculo, o Estado apoia o regime de expropriação neoliberal, marcado, logicamente, pela expropriação do próprio Estado(redução da esfera pública/social). A terceira explicação está residida no próprio regime de expropriação em, isto é, tal regime é propagado em uma

dimensão socioespacial corroborando com as transformações e mudanças no mundo do trabalho(Ibid, 2023).

Destarte, a cidade capitalista acaba tendo como sua finalidade fundamental não o bem-estar da maioria da população mas, na verdade, o eficaz funcionamento dos mecanismos de controle, regulação e acumulação capitalista. Com base nisso, a apropriação e utilização do espaço urbano torna-se um processo conflitual, não só entre agentes hegemônicos e proprietários da cidade, mas entre os próprios agentes capitalistas, cujos interesses são concorrenciais. Portanto, muitas das ações acontecidas em áreas urbanas (sem exceção da habitação) não representam uma intervenção consensual e coerente do Poder, mas o resultado de lógicas e estratégias em concorrência desses diversos agentes urbanos (grandes ou pequenas empresas de serviços ou industriais, grandes ou pequenos proprietários de terrenos, promotores imobiliários, empresas de construção, etc.) (Mendes, 2018 *apud* Gottdiener,1985).

A respeito da financeirização imobiliária, é notável que a mesma está em alavanque nas últimas décadas, estando ancorada em alguns fenômenos que a intensificam:

As tendências do capitalismo nos últimos 30 anos se apresentam por meio de três fenômenos: neoliberalismo, globalização e financeirização (Epstein, 2005). Enquanto os dois primeiros têm produção acadêmica que se apresenta de modo, poder-se-ia dizer, conclusivo (Arantes; Vainer e Maricato, 2002; Harvey,2005 e 2008; Mattos, 2007), o terceiro levanta continuados questionamentos. À medida que as economias ocidentais se desindustrializaram nas últimas quatro décadas, ao transferir a produção para o oriente (Harvey, 2008), houve queda de arrecadação para o erário e diminuição de poder fiscal, especialmente na escala municipal (Soares, 2020).(KALINOSKI; PROCOPIUCK, 2010, p.120)

Além do mais, tal fenômeno ganha um poder de influência ainda maior no pós-crise de 2008, provocando com que o tradicional pequeno proprietário-investidor, digo, aquele que se dedica a gerar renda com aluguel, fosse aos poucos sendo substituído por investidores de escala global. Esses novos parâmetros seguem uma nova lógica de exploração rentista do espaço urbano que tende a ter moradias cada vez mais compactas, pois o valor de venda é mais apazível, ou seja, cabe no bolso dos investidores(Kalinowski; Procopiuck, 2010).

Dando continuidade, a função do capital imobiliário acaba sendo, conseqüentemente, o de gerar de forma constante as oportunidades de negócio imobiliário e de reprodução do capital(Mendes,2018). Portanto, atualmente, o seu

motor propulsor continua a ser a luta de classes, isto é, um processo contínuo de exploração de uma classe dominante, tendo seus agentes diversas classificações. No que tange aos tipos de classificação, podemos começar pelos pertencentes às camadas dominantes, que podem ser tipificadas como: elite capitalista transnacional, investidores e promotores/especuladores imobiliários. Os supracitados desejam apropriar-se do espaço urbano para reprodução dos interesses advindos de sua própria classe. Deste modo, os pertencentes às classes dominantes acabam entrando em oposição a classe dominada que é formada pelos: mais pobres e vulneráveis, idosos, imigrantes, classe trabalhadora e popular. Desta maneira, em meio a esse processo inerente à sociedade capitalista, a classe dominada sofre com a acumulação por espoliação gerada pelos grupos hegemônicos(Mendes, 2018).

Frente a tais problemáticas já mencionadas, fica possível constatar que há uma reestruturação na dinâmica do capital e da (re)produção do espaço em ambientes urbanos. As consequências dessa reestruturação são ressaltadas e potencializadas da seguinte maneira:

A passagem da forma “fábrica” fordista(conduta disciplinar) para a forma “empresa” a partir do advento do neoliberalismo, favoreceu o que Harvey chama de transição de um modelo administrativo para o empreendedorismo que impacta os ambientes urbanos construídos. Esse novo empreendedorismo urbano caracteriza-se principalmente pela “parceria-público-privada” em que a iniciativa privada local se articula com os poderes governamentais locais para atrair novos investimentos diretos e fontes externas de financiamento. Essa atividade é predatória, pois é altamente especulativa e assume riscos, diferentemente do desenvolvimento planejado (Harvey, 2005, pp. 170,171). A construção especulativa do “lugar” torna-se um objetivo econômico primeiro, enquanto a melhoria das condições do território é negligenciada. A produção do solo urbano segue então a forma “empresa”, ou seja, o empreendedorismo urbano também envolve a concorrência interurbana. Esse cenário justifica a capacidade da produção arquitetônica mudar a sorte de determinadas cidades, alavancada pela centralidade que o *marketing* assume na contemporaneidade, cujo potencial pode ser mobilizado porque o poder financeiro dos agentes globais encontra-se por trás dos agentes imobiliários.(SANTOS;BORDIGNON, 2020,p. 223)

Na conjuntura brasileira, que está associada ao que denomina-se por alguns autores como países periféricos do capitalismo, tais mudanças acontecidas pela forma de financeirização do capital acabam acarretando consequências muito piores para grande parcela da população, fatores como superexploração do trabalho e falta de acesso à habitação são algumas das principais problemáticas em ascensão

na atualidade do capitalismo financeirizado, diante disso, tal regime adota, dentre suas principais formas, sua conversão em plataformismo(Pessanha,2020). As reestruturações ocorridas ao longo do tempo histórico, influenciadas pela economia de agenda neoliberal, além da crescente tecnologização da sociedade, geraram, conseqüentemente, oligopólios/monopólios. Em países considerados em desenvolvimento/subdesenvolvimento nos quais há uma ausência de indústria destinada à fabricação dos produtos de alto valor agregado, surge assim, o fenômeno do chamado capitalismo de dependência que foi abordado em obras como as de Ruy Mauro Marini em *dialética da dependência*(1973), tal conceito passa por lapidações de vários acadêmicos até chegarmos ao presente momento, isto é, outras teorias foram formuladas com influência direta ou indireta do conceito de capitalismo dependente no Brasil e na América Latina.

Desta maneira, a dependência contemporânea capitalista nacional está pautada, sobretudo, na formação de oligopólios/monopólios tecnológicos e segmentação da produção global(Ribeiro; Diniz,2025). Portanto, a nova forma de dependência acaba estando, primordialmente, determinada pelo rentismo que gere hoje os processos de acumulação. Destarte, com destaque ao que foi mencionado, ocorre que nos deparamos, no momento atual, com novas formas de urbanização nas quais dão vazão a uma nova tipologia/estrutura das dinâmicas urbanas que são comandadas pelos principais agentes da atual forma histórica da dependência brasileira, ou seja, tal estruturação ganha mais força nos países considerados subdesenvolvidos(Ibid, 2025). Sendo assim, existe um conjunto de ajustes temporais da ordem urbano-regional que geram a conversão do Brasil em um modelo dependente e que acompanha o capitalismo de plataforma e suas tipificações, tais como: exportação, valorização financeira e a própria expansão dos serviços digitais geridos por empresas globais(Ibid, 2025). Podemos verificar essa estruturação na figura a seguir:



Figura 3: Tipologia das dinâmicas urbanas vinculadas à dependência do Brasil.

Fonte: Ribeiro e Diniz(2025)

Sendo assim, a corrente articulação entre rentismo e neoextrativismo no Brasil acaba culminando no reforço da histórica dependência econômica brasileira. Frente a isso, as consequências sociais materializam-se para a maioria da população, gerando endividamentos, superexploração trabalhista e ausência de moradia própria para parcela significativa da população, mazelas, essas, provocadas pelo modelo de dependência rentista-neoextrativista instalado. A problemática fica ainda mais potencializada na destruição da capacidade estatal de realizar, mesmo que regida pelos interesses do capital, um planejamento urbano-regional(Ibid, 2025). Destarte, a subordinação do estado ao capital fictício resulta em mercantilização da terra e privatização dos bens comuns, como também numa perda de controle do Brasil em seu papel histórico no capitalismo global, gerando uma grave contradição entre nação soberana e barbárie(Ibid, 2025).

Para o melhor entendimento do conceito de neoextrativismo desenvolvido por importantes intelectuais e ativistas latino-americanos, verificamos que trata-se, sobretudo, de uma categorização capaz de compreender o *modus-operandi* do desenvolvimento destrutivo que mobiliza lógicas econômicas de despossessão, violência e destruição, dando vez a um conjunto de problemáticas transescalares que enquadram as diferentes dimensões da crise contemporânea(Canettieri, 2024, p.24 apud Svampa, 2019; Machado-Aráoz, 2013). Considerando a dinâmica perversa e destrutiva, entendemos que esse neoextrativismo violento é um resultado da economia vigente que está atrelada, principalmente, na exploração de recursos naturais para produção de *commodities*, minerais, madeiras e produção agrícola com foco no mercado externo. A lógica do neoextrativismo está conectada à reprodução ampliada do capital em sua dinâmica contraditória, como também na manutenção de uma economia-mundo de exploração agressiva, resultante de um processo histórico-geopolítico que nasceu com a colonização(Ibid, 2024).

Entendendo que o regime capitalista atual gira sobre esses ditames mencionados, podemos ter a compreensão, de acordo com Salles(2022), que a financeirização resulta de alterações sociais e econômicas, como também de mudanças tecnológicas que acarretam efeitos diretamente na esfera da circulação, além de alterações institucionais e políticas. Dessa forma, por via de cálculos de

risco individualizados para cada cidadão, a classe capitalista usa uma nova “tecnologia do poder” que não atua em termos de alienação, nem de imposição ou dominação externa, mas sim moldando corpos e reproduzindo o poder sobre “corpos dóceis”. Tais corpos, de acordo com a obra *Vigiar e punir*(1975) de Michel Foucault, estão submetidos ao sistema e podem ser utilizados, transformados ou aperfeiçoados. Sendo assim, a disciplina visa a fabricação desses corpos submissos e exercitados, ou seja, os denominados pelo autor de “corpos dóceis”(Salles, 2022).

De acordo com o que declara Barcella(2023), a integração da economia brasileira aos circuitos financeirizados internacionais acaba tomando forma e concretude, sendo que a financeirização da economia acarretou um processo em desenvolvimento. Porém, tal processo não ocorre nos moldes das economias dos países de capitalismo central, mas segue como uma economia financeirizada atrelada ao desenvolvimento histórico marcado pelo subdesenvolvimento imperializado do Sul-Atlântico; tais características marcam posições e estratégias adotadas pelos principais agentes na forma de inserção do país na financeirização contemporânea(Barcella, 2023).

O cenário provocado pela abrupta financeirização da vida provoca um traço peculiar: endividamento das famílias. A mudança de estratégia vinda diretamente dos bancos, atrelada a problemática da deterioração da renda real das famílias somada com a precarização da provisão de bens públicos, levam à maior procura por empréstimos para suprir necessidades básicas, resultando em um círculo vicioso de endividamento no qual as famílias se encontram atualmente(Salles, 2022). Podemos averiguar tal problemática no gráfico a seguir:

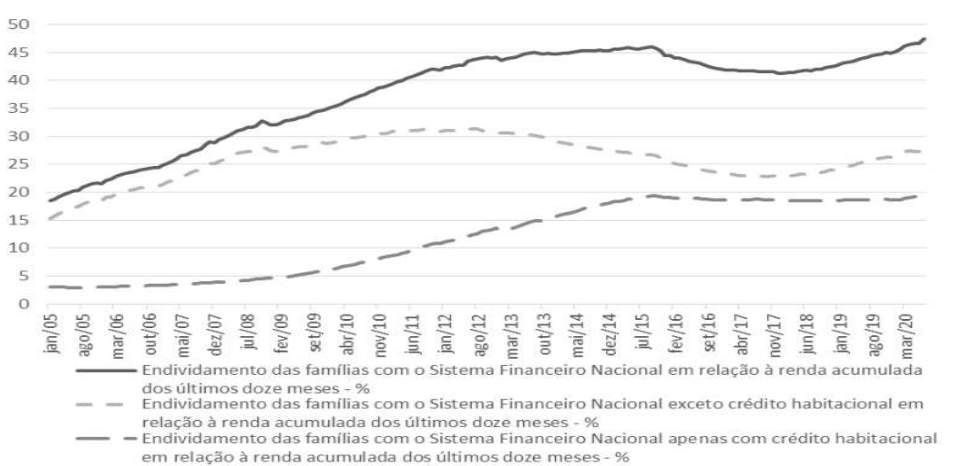


Gráfico 1: Endividamento das famílias com o sistema financeiro nacional.

Fonte: Oliveira(2021, p.60) <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1236740>>

Em face da problemática, as perspectivas de melhora da condição urbana brasileira, como também macro e microeconômica não são positivas, a existência da cooptação da economia por agentes especuladores, bem como a corroboração do sistema bancário nacional com as políticas de arrocho fiscal e monetário, geram um aprofundamento das desigualdades e do endividamento populacional crescente, abrangendo, até mesmo, a financeirização para áreas de políticas sociais básicas como habitação, saúde e saneamento. A problemática é muito bem ressaltada a seguir:

No âmbito do direito ao acesso a bens sociais/habitacionais, a Constituição de 1988 criou uma base jurídica para a efetivação do direito à cidade e à implementação de uma agenda de reforma urbana. No entanto, a par do estabelecimento de princípio jurídico, a sua concretização em grande escala exigia políticas públicas que viabilizassem gastos públicos elevados. Entretanto, no lugar de uma política habitacional redistributivas, o consenso neoliberal levou à retração generalizada dos gastos públicos, submetidos às normas e aos princípios "estabelecidos" por instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, o FMI e a OMC, a resposta às necessidades sociais deveria ser a promoção do acesso a bens e serviços por meio de relações de mercado (ROLNIK, 2019, p. 258). (LESSI; FARIAS, s.d., p.10)

Diante do que foi exposto, fica possível inferir que há um mal-estar social e psicopolítico pairando, principalmente, o ocidente global nos países periféricos do capitalismo que, intrinsecamente, estão atrelados a políticas monetárias de instituições internacionais, chegando tal efeito, até mesmo, nos países ditos "desenvolvidos", fruto também de um sistema arquitetado para tornar o estado um estado de exceção e dar impulsionamento ao capital transnacional, fazendo do estado uma máquina de vassalagem ao seu dispor. Tendo em pauta essas problemáticas estruturais, onde o Brasil está situado entre os dez países mais desiguais do planeta, as famílias também dependem do patrimônio acumulado, tais como habitação digna e equipamentos domésticos, que qualificamos como riqueza ou patrimônio (Dowbor, 2017). No mesmo patamar de importância é o salário indireto, isto é, uma parcela do salário que deveria ter como destino as políticas públicas por meio da arrecadações advindas do contribuinte e que chegam aos cofres públicos do estado para serem convertidas em áreas como saúde, educação, segurança, saneamento, além de investimentos em boas infraestruturas como ruas, iluminação pública. Portanto, o acesso universal a esses direitos é de total valia para a população, tendo em vista que acerca do panorama situacional das famílias,

principalmente as mais vulnerabilizadas, dependem do acesso aos bens comuns como praias abertas, ar limpo, rios não contaminados e assim por diante. O acesso balanceado aos diversos fatores de bem-estar figura-se como essencial para gerar uma governança que faça sentido e vise, de tal forma, assegurar condições de uma vida digna nas cidades brasileiras(Ibid, 2017).

3.1 A questão tecnológica e o paradigma poder e acumulação

A temática tecnológica acaba sendo um centro de atenção a ser discutido, tendo uma importância de extrema relevância no presente momento em que a concentração de riqueza aumenta a níveis exorbitantes e os agentes hegemônicos do capitalismo figuram globalmente de forma multiterritorial escalonada, ou seja, esses agentes transnacionais são encontrados, justamente, no setor tecnológico e possuem poder para pautar e cooptar as agendas locais. Cabe ressaltar que a tecnologia não pode ser separada da política, sendo a mesma um dos objetos centrais para compreensão e (re)produção do espaço. Podemos conferir a magnitude da temática do seguinte modo:

As grandes empresas são esse centro frouxo do mundo e que se distanciando de uma relação mais obrigatória com os territórios, acaba por lhes permitir uma ação sem responsabilidade social, moral, sobretudo, e é por isso que se desorganiza os territórios tanto socialmente quanto moralmente.(CERQUEIRA- NETO; DOS SANTOS, 2017,p.218 apud SANTOS, 2006)

Tendo em vista o domínio financeiro capitaneado pelos agentes hegemônicos do capitalismo globalizado, urge uma grande preocupação acerca do futuro das relações de trabalho e da realidade social ancorada aos ditames de tais empresas, pois o neoliberalismo se reconfigurou com o passar das décadas, tomando ares mais hostis e nefastos. Perante as considerações, é improrrogável a necessária compreensão da sistemática de que acumulação capitalista ocorre com vigor pelos meios técnico-científico-informacionais. Na figura a seguir podemos verificar como se remodelou o mercado capitalista, ou seja, os agentes hegemônicos do mercado tecnológico ganharam agora o patamar de protagonistas em montantes de capital:

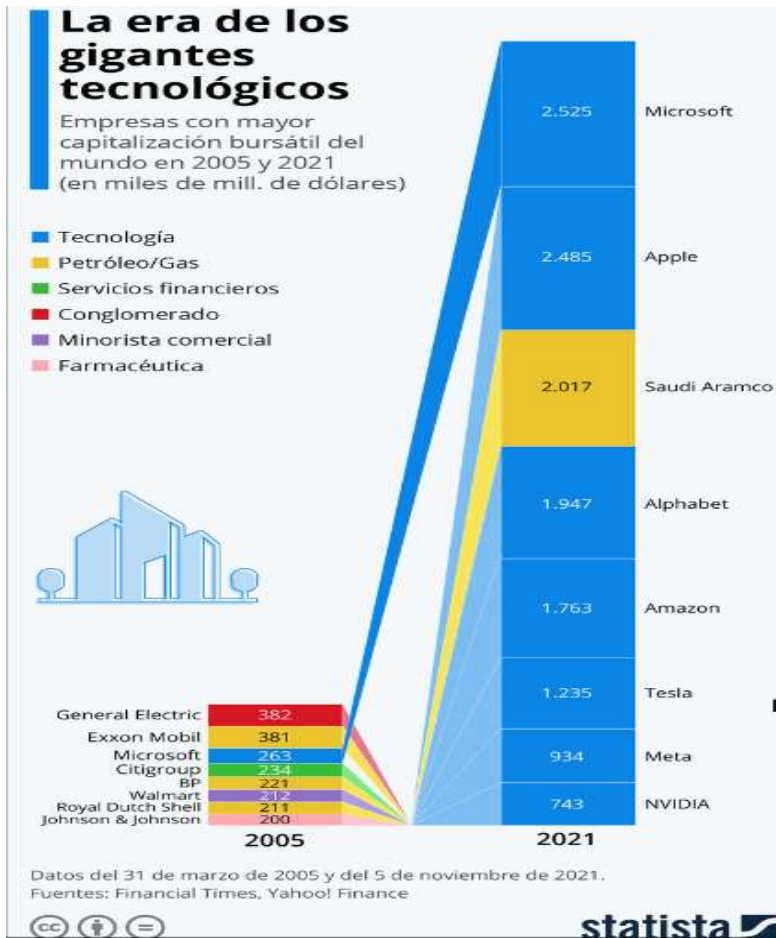


Figura 4: Empresas com maior capitalização(comparativo entre 2005 e 2021).

Fonte: <https://statista.com>

Frente a isso, surge uma temática relevante pautada em uma das obras de Álvaro Vieira Pinto intitulada “*O conceito de tecnologia*”, nela o autor distingue com perspicácia os significados de tecnologia. De acordo com Pires(2023), o autor realiza essas diferenciações em torno de quatro significados diferentes para a palavra tecnologia, são eles:

O primeiro de acordo com o significado etimológico, a tecnologia tem de ser a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, sendo nesta última noção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e os modos de produzir alguma coisa. O segundo, a Tecnologia equivale pura e simplesmente na técnica. O terceiro, o conceito de tecnologia entendido como o conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento. O quarto, a Tecnologia é ideologização da técnica.(PIRES, 2025, p.2 apud VIEIRA PINTO, 2005)

Deste modo, podemos entender com maior precisão a temática da tecnologia na sociedade atual, tendo em vista que tal conceito possui diferentes significados e interpretações ao longo da história. Destarte, há relevância em se ater a tais

conceitos, como também observar que numa era que é proclamada como “tecnológica”, não é justo restringir a poucos executantes o sentido mais antigo da técnica, ou seja, equiparar apenas a esses agentes (figura 7) a arte especializada na produção de algum objeto ou matéria que conduz a resultados inconfundíveis (Pires, 2025). Para Pires (2025), fica evidente que a tecnologia possui uma íntima relação com os processos de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, essas forças obedecem as qualidades das coisas e os modos de agir realizados pelo ser humano, seguindo, então, processos hábeis (técnicos) possíveis em cada período de conhecimento para tal tecnologia.

Santos (1977), salienta que “cada combinação de formas espaciais e de técnicas acabam sendo correspondentes a um atributo produtivo do espaço, como também sua virtualidade e sua apresentação”, Cerqueira-Neto e dos Santos (2006), acrescentam tal afirmação, expondo que a tecnologia criou seu próprio território, o território virtual-ciberespaço que não pode ser confundida com o espaço geográfico, ou seja, ambos precisam ser distinguidos.

No atual estágio em que está inserido o sistema capitalista, surgem preocupações vigorosas e questionamentos perturbantes relacionados ao futuro e ao que poderá acontecer frente às transformações pautadas pela agenda neoliberal. Numa sociedade cada vez mais tecnificada, a tecnologia acaba como serviçal de um sistema pautado na concentração de capital e controle de dados, estando diretamente imbricada a reprodução da acumulação capitalista, chegando, até mesmo, a coordenar a divisão internacional do trabalho.

É o meio técnico que assume a produção como seu sujeito, transfigura-se em meio técnico-produtivo e, com isso, faz subsumir o trabalho às suas emanações de ordem e determinações. Enquanto que ao trabalhador resta a reprodução de suas condições básicas de existência e sobrevivência, ao capital, senhor da produção, cabe a constante ampliação das condições de exploração do sobretrabalho para a extração da mais-valia. (MOTA, 2016, p.228)

Tendo em vista toda a reflexão supracitada acerca da tecnologia na contemporaneidade, o intento da mesma não é a de reclamar/clamar por uma sociedade sem técnica, mas, na verdade, o contrário disso, busca-se sua essência, sua promessa original, ou seja, materializar a técnica como liberdade e emancipação, o que é o oposto do que ocorre com sua realização na atualidade

implementada pelos ditames mercadológicos, isto é, a mesma está pautada e traduzida por controle, lucro e opressão(Mota, 2016).

A tomada de consciência da realidade dá aos povos pobres e espoliados o direito de exprimir criticamente sua apreensão do mundo e de, fundados na compreensão, rebaterem os sofismas da consciência metropolitana” (HAHN DE SOUZA; RIPA apud PINTO, 2005, p.227).

Sendo assim, o intento em torno da questão não é o de demonizar a tecnologia ou apartá-la como algo ruim para a sociedade, mas sim de uma formulação histórico-dialética em torno dela para que , assim, haja uma maior e profunda compreensão dos ditames que são ocultados por trás de sua utilização, além de explorar o entendimento de seus paradigmas estruturais na contemporaneidade em que a mesma está inerentemente atrelada ao *modus-operandi* do capitalismo na escala local e global

4. CARACTERIZAÇÃO CRÍTICA SOBRE O PROJETO IMOBILIÁRIO SMART CITY LAGUNA NO DISTRITO DE CROATÁ EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE

Abordando um dos objetos de estudo deste presente trabalho, irei realizar uma breve caracterização descritiva e crítica do empreendimento imobiliário Smart City Laguna(SCL), buscando salientar as estruturas do empreendimento, qual a empresa responsável, os pontos mais relevantes do projeto em si, como também das contradições e problemáticas existentes no mesmo.



Imagem 1: Localização do Distrito de Croatá no município de São Gonçalo do Amarante – Ceará.

Fonte: Abrão(2020), esquema elaborado por Ingrid Lopes.

O projeto imobiliário situa-se no distrito de Croatá, que é um dentre os sete distritos do município de São Gonçalo do Amarante, no estado do Ceará. Podemos notar que a escolha para a construção do empreendimento não ocorreu por mero acaso, pois o município abriga o principal complexo industrial do estado do Ceará, o CIPP, ou seja, tal escolha para a localização do empreendimento se deu de forma estratégica, pela indicação da revista *The Economist*, na qual foram listadas as dez melhores regiões para investimento no mundo, e lá estava a região de Pecém (Silva *et. al.*, 2023 *apud* Partteam & Oemkiosks, 2018), também é importante destacar que a construção foi concebida em terreno que antes não possuía nenhuma moradia em volta, diante disso, o conceito, formulado por Greenfield(2013), de “espaço qualquer”, se encaixa perfeitamente em tal caso, ou seja, a concepção de uma cidade inteligente a partir do zero e em lugares desertos ou desabitados, sendo uma espécie de truque ou manobra para não ter que lidar com grandes centros urbanos, excesso de burocracia e conurbações. É perceptível que a região na qual o SCL encontra-se ainda em processo de desenvolvimento, ou seja, carece de serviços básicos como saneamento, transporte público e energia, principalmente nas regiões mais carentes do distrito. Abrão(2020) salienta que muitos serviços públicos ainda são de baixa qualidade e até mesmo insuficientes para toda população, sendo um desafio proporcionar acesso pleno para todos os cidadãos. Cabe, diante disso, frisar a situação de macrocefalia que vive a RMF, ou seja, apenas três municípios apresentam uma população superior a 100 mil habitantes, o que acaba gerando graves consequências à oferta de serviços em geral. Fica possível inferir que a RMF teve sua composição político-administrativa transformada tanto pela fragmentação de seus municípios originais, via emancipação de distritos, como pela inserção de novos municípios. No entanto, passadas cerca de mais de três décadas, o espaço metropolitano tem como destaque sua porção intra-urbana extremamente adensada e heterogênea, podemos também denotar uma forma de urbanização compacta diretamente vinculada a variados deslocamentos do ser humano, seja como portador da força de trabalho ou como consumidor(Pequeno, 2008 *apud* Villaça, 1998).



Imagem 2: Distritos de São Gonçalo do Amarante e Localização do SCL.

Fonte: Silva(2021)

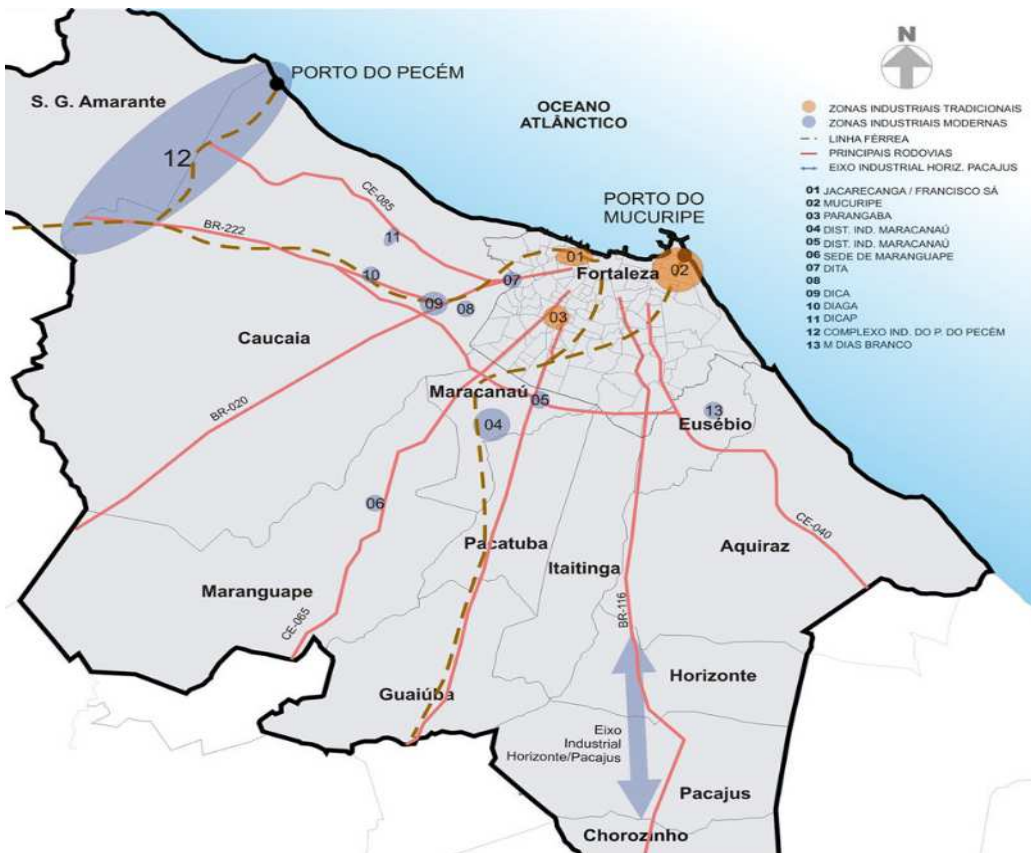


Imagem 3: Zonas industriais da RMF.

Fonte: Pequeno(2008)

De acordo com Ferreira(2024), o imóvel foi projetado estrategicamente para ser localizado no chamado “cinturão digital” do Ceará, além disso, o SCL conta com plataformas digitais para uso em *smartphones* para que, desta forma, tenha em sua finalidade, realizar a gestão dos serviços urbanos para os moradores. A experiência das cidades produzidas pela empresa responsável pelo projeto revelam que há uma mesclagem entre os conceitos de *smart city* e de urbanismo de plataforma.

Sendo assim, é visto que essas cidades contam tanto com infraestruturas digitais associadas às *smart cities*, como também, contam com um tipo de gestão de seus espaços calcados pelas plataformas em convênio com outras empresas, tal tipo de gerência está associadas à uma espécie de urbanismo de plataforma neoliberal, ou seja, um ecossistema de intermediação por grandes empresas globais(Ferreira, 2024).

A efervescência da implantação desse modelo *smart* de empreendimentos imobiliários pode ser compreendida como um modelo de cidade pautado no uso intensivo da tecnologia digital. Já o urbanismo de plataforma, toma forma mais como uma condição urbana que é dada por meios de intermediação que cooptam a espacialidade a partir do uso informacional do território. Diferente de *smart city*, o urbanismo de plataforma não trata simplesmente de aplicar tecnologias ao urbano, mas de repensar o urbano a partir das tecnologias digitais (Ferreira, 2024 *apud* Lecszynsky, 2019; Barns, 2020).

Posição	Complexo Industrial	Estado	Destaques (Área, Produção, Faturamento)
1	Polo Petroquímico de Camaçari	Bahia	Maior do Hemisfério Sul; mais de 90 empresas; >12 milhões t/ano; US\$ 15 bi/ano
2	Complexo Industrial e Portuário de Suape	Pernambuco	>120 empresas; refino de petróleo, estaleiro, alimentos, logística integrada
3	Complexo Industrial e Portuário do Pecém	Ceará	19.000 ha; siderurgia (3 milhões t/ano de aço); hub logístico em expansão
4	Centro Industrial de Aratu (CIA)	Bahia	Diversificação industrial; metalurgia, química, fertilizantes, energia
5	Polo Automotivo de Goiana (Fiat/Jeep)	Pernambuco	Produção de veículos; integração com cadeia metalmeccânica e logística regional

Tabela 2: *Ranking* dos principais complexos industriais da região nordeste.

Fonte: Elaborado pelo autor

A empresa responsável pela construção e concepção do SCL é intitulada *Planet Smart City*, tal grupo atua em vários ramos, mas possui um foco maior no setor imobiliário, atuando principalmente como incorporadora. No entanto, a empresa também atua no mercado de construção e planejamento urbano com uso de tecnologias, podendo ser também caracterizada como uma *proptech*. Destarte, a mesma tem seu montante de capital proveniente da europa, mais especificamente de origem ítalo-britânico, e mais recentemente com uma parte de capital holandesa, dessa forma, o grupo possui também uma forte atuação internacional, além de inúmeras parcerias com outras empresas multinacionais de tecnologia. Sendo assim, a mesma possui uma potente abrangência de investimentos imobiliários tanto no estado do Ceará quanto em outros estados brasileiros, como também significativas realizações de empreendimentos imobiliários em várias localidades do Planeta. É preciso colocar em voga o que também há por trás dos projetos da empresa, tendo em vista que tais concepções de “cidades inteligentes”, são pautadas em uma visão de gestão tecnocêntrica e numa intensificação de racionalidade empresarial(Ferreira,2024).

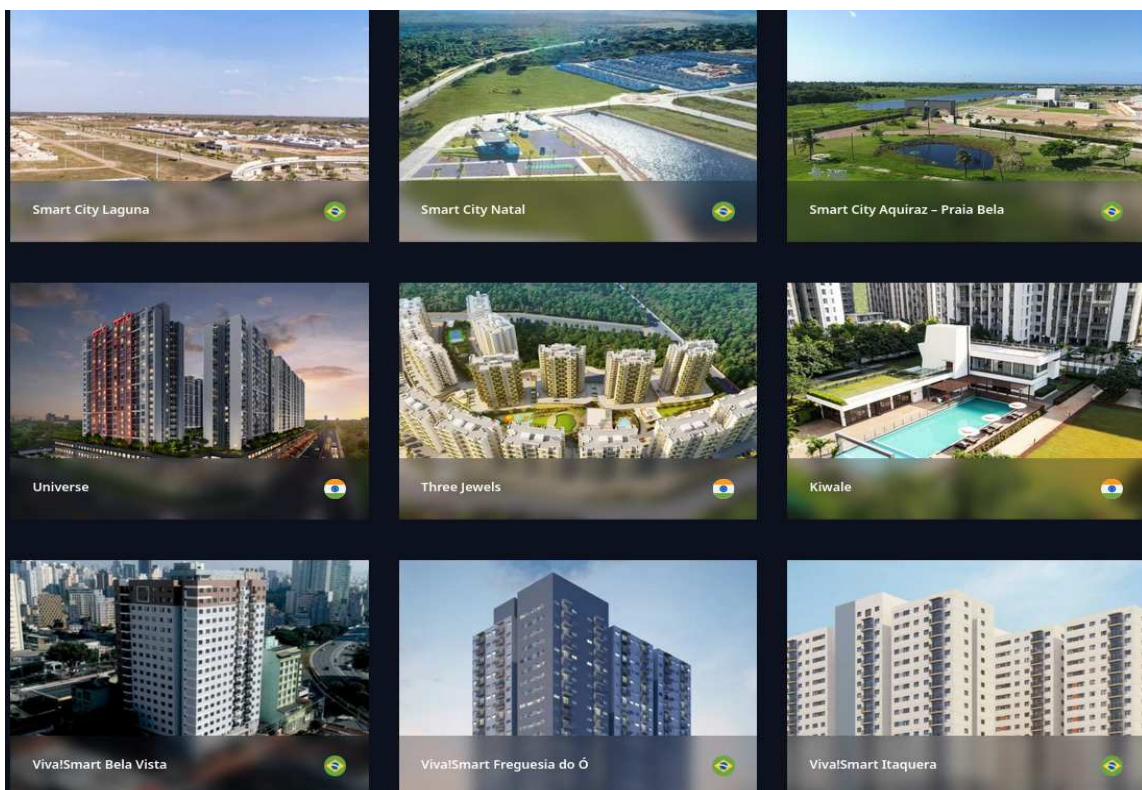


Figura 5: Principais empreendimentos imobiliários do grupo PSC

Fonte: <https://planetsmartcity.com/portfolio/>

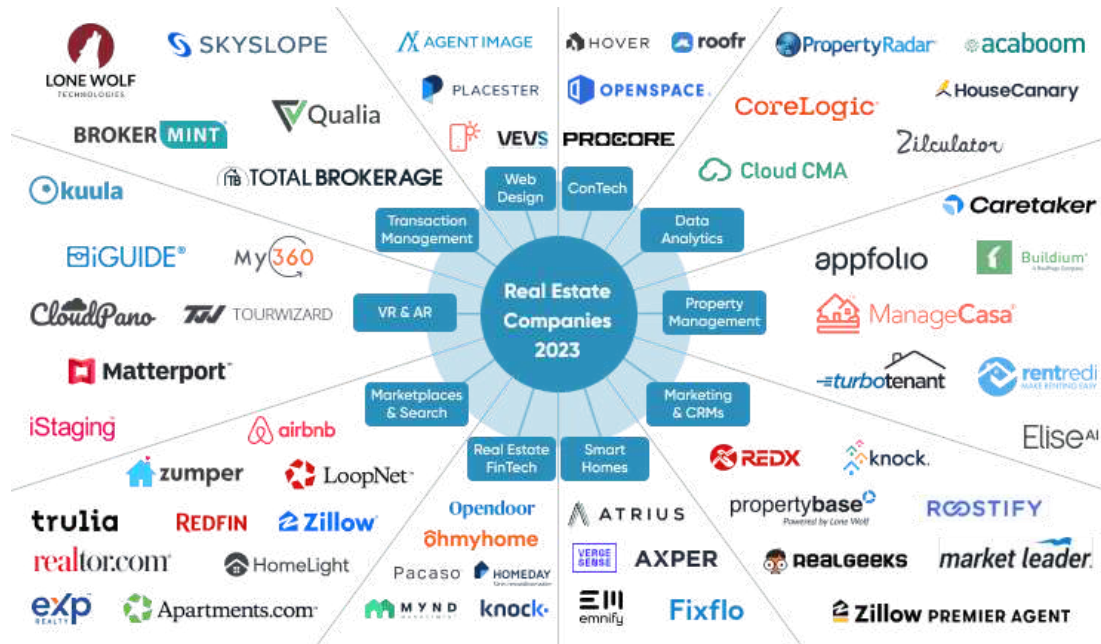


Figura 6: Exemplo estrutural de *proptech*

Fonte: <https://www.softkraft.co/what-is-proptech/>



Tabela 3: Tabela de governança do Planet Group

Fonte: NUPEGG e Silva(2021)

Concomitantemente a tudo que foi dito, tais agentes capitalistas, como é o caso da incorporadora PSC, englobam e se apropriam de um modelo, digamos, “smartificado” de urbanismo imobiliário ou “cidades planejadas”, ou seja, porém também alastra seu modelo e ideia de cidade planejada e controlada, vigiada, ou melhor, de cidade, pós-moderna capitalista neoliberal em seu *modus* urbano empregada de forma digitalizada.

Segundo Campoy([s.d.]), chefe corporativa de comunicação do grupo, a empresa levantou um montante total de €100 milhões desde sua fundação até 2023. Além disso Falcão(2025) demonstra, em matéria publicada, que, em março de 2025, a empresa recebeu um aporte de €40 milhões(cerca de R\$240 milhões) do grupo holandês *Brevaast*, concedendo cerca de 20% do capital da empresa. O patrimônio líquido exato da Planet Smart City não foi divulgado publicamente. No entanto, com base no aporte recente, pode-se estimar que o valor de mercado(*valuation*) da empresa gira em torno de €200 milhões (aproximadamente R\$1,2 bilhão em 2025).

De acordo com Noronha(2023), em teoria, os objetivos da PSC são os mesmos elencados pela ONU para 2030, tal empresa se esforça numa tentativa de construir certas infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, fomentar inovação, garantir o acesso a fontes de energia renováveis, sustentáveis e modernas para todos, como também alcançar a igualdade de gênero, empoderamento feminino, reforçar os padrões de consumo e produção sustentáveis, estimular o crescimento econômico inclusivo e sustentável, gerar emprego produtivo e trabalho digno para todos. No entanto, é importante reforçar que todos os objetivos são pautados teoricamente pela empresa, isto é, são encontrados na proposta comercial de venda habitacional da empresa para o futuro consumidor, constituindo-se como uma espécie de “fachada” para campanhas de marketing imobiliário ao público consumidor.



Figura 7: Objetivos da ONU para cidades inteligentes

Fonte: <https://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/artigos-digitais/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-como-instrumentos-norteadores-no-enfrentamento-da-covid-19-e-o-novo-marco-regulatorio-do-saneamento-basico>

Para Silva *et. al.*(2024), é imprescindível refletir sobre a quem esses empreendimentos se direcionam. Nas páginas de sites da *Planet*, ao passo que propõe a oferta de um produto imobiliário mais acessível, concomitantemente, seus incorporadores buscam como argumento de venda a valorização dos imóveis como um ativo de investimento, o que acaba por favorecer fortemente o fenômeno da especulação imobiliária, ou seja, um aumento significativo nos preços dos imóveis e, conseqüentemente, no processo de desigualdade socioespacial.

4.1 A apropriação do conceito de cidades inteligentes como *slogan* de propaganda capitalista no mercado imobiliário

No estágio atual do capitalismo neoliberal existe um consenso, proveniente dos agentes hegemônicos, na produção do espaço, de que uma postura empreendedora traz “benefícios” à cidade. Dessa forma, ao que podemos inferir, tais agentes, exercem uma proeminente influência sobre a configuração dos espaços urbanos e suas alocações, tal influência, conseqüentemente, é pautada e emanada por esse conjunto de grupos dominantes, isto é, os que possuem, em resumo, maior poder monetário e político. Podemos ter uma dimensão de tais agentes de acordo com o que formula Corrêa(1995) na tabela a seguir:

Agente	Papel/Função	Características
Proprietários dos meios de produção	Empresas industriais, comerciais e de serviços que investem em áreas urbanas, influenciando localizações, infraestrutura e empregos.	Buscam valorização, expansão e renda do capital por meio do espaço.
Proprietários fundiários	Donos de terras urbanas/rurais que decidem sobre venda, uso, arrendamento e transformação desses territórios.	Visam maximizar renda fundiária; influenciam a expansão periférica.
Promotores imobiliários	Incorporadoras, construtoras, loteadores e corretores responsáveis por planejar, financiar, construir e comercializar imóveis.	Organizam o mercado, direcionam urbanização, criam e transformam bairros.
Estado	Governo federal, estadual e municipal regula solo, infraestrutura, impostos, legislação, serviços públicos e políticas urbanas.	Papel ambíguo: pode promover inclusão ou favorecer elites econômicas.
Grupos sociais excluídos	Populações marginalizadas, movimentos sociais, ocupações e autoconstrução atuando por necessidade e direito à cidade.	Agem sob restrições, mas exercem resistência por habitação e serviços.

Tabela 4: Agentes de produção do espaço urbano.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tais agentes buscam constantemente a construção de uma ótica representativa padronizada e pragmática sobre o urbano, o que acaba gerando uma deslegitimação de diversas outras formas e maneiras legítimas de se produzir e viver na cidade, o que acaba por acarretar, conseqüentemente, na ação de outros atores não-hegemônicos na busca de estratégias espaciais e de (re)produção do espaço (Seixas; Bordignon, 2020 *apud* Harvey; Sánchez, 2001). Além do que foi supracitado, também emerge com força um tipo de urbanismo de plataforma datafocado, no qual o cidadão perde sua autonomia e fica submetido à lógica plataformista da governança do espaço pelos agentes hegemônicos. Dessa forma, o morador é convertido a consumidor nesses espaços, conforme trecho citado a seguir:

As plataformas digitais são capazes de integrar funções, políticas e indivíduos, de agilizar processos, de reduzir custos de operações, de gerar dados para promoção da eficiência etc. Contudo, sua associação ao mercado pode transformá-las em mecanismos de geração e concentração de renda, capazes de polarizar ainda mais o tecido urbano, como ocorre em algumas cidades latino-americanas. A integração de plataformas digitais comerciais nas cidades atua como interface que fortalece os laços entre empresa e sociedade, seja pela relação de consumo ou pela de trabalho. Além disso, pode-se dizer que há uma extensão dos princípios do neoliberalismo para a

vida cotidiana, quando atores sociais passam a ser empreendedores de si mesmos, rentabilizando seus recursos pessoais. As plataformas digitais permitem que todos os indivíduos possuidores de bens participem de suas práticas econômicas, porém, ao serem tomadas por agentes hegemônicos, elas ampliam as assimetrias político-econômicas já constituintes de determinados espaços.(FERREIRA, 2024, p.398)

Frente a isso, acabam sendo necessárias vozes de contestação e enfrentamento de narrativas corporativas sobre cidades inteligentes que celebram e vangloriam um certo “progresso” e “inovação”, enquanto, ao mesmo tempo, camuflam conflitos sociais, políticos, ambientais e econômicos que seguem em voga dentro da conjuntura capitalista inflexionada, principalmente em países do sul global(Massonetto; Tavares, 2023 *apud* Mosco, 2000). É necessário também, sobretudo, observar que o contexto neoliberal revelou ou, até mesmo, determinou a vulnerabilidade do poder público em face do poder privado, tornando fácil notar nas cidades que o primeiro acaba estando subordinado ao segundo. Afinal, nos espaços urbanos fica cada vez mais impossível esconder a crescente desigualdade econômica e injustiça socioespacial(Massonetto; Tavares, 2023 *apud* Mattei; Quarta, 2015).

4.2 CASO DE APROPRIAÇÃO: *SMART CITY LAGUNA*

Acaba sendo notório que as dinâmicas empresariais vêm a ser, via de regra, os parâmetros balizadores para certos “pseudo-modelos urbanísticos”. Sendo assim, evidentemente, as consequências dos modelos urbanísticos pautados pelo capital privado geram a ausência de uma fidedigna diversidade social, produção de bens de consumo, espaços públicos, como também a inexistência de sedes dos poderes judiciário e legislativo em tais empreendimentos, assim como, há também uma falta de espaços destinados a representação política democrática nessas intituladas *smart cities*(Rozestraten,2018). Ademais, de acordo com Rozestraten(2018), o mesmo ressalta que “no âmbito do marketing tais iniciativas de incorporação imobiliária que pretendem ser *smart*, definitivamente não são *cities*. São mais propriamente anti-cidades”. Ainda sobre o cerne da questão mercadológica e empresarial envolvendo tais projetos, torna-se válido investigar, munido de uma abordagem crítica proposta por Greenfield(2013): *smart cities* para quem? E por quê? Rozestraten explica, sinteticamente, da seguinte maneira:

Certamente as smart cities são de grande interesse comercial para as empresas de Tecnologia da Informação (TI) como Siemens AG, IBM, Cisco, Microsoft, GeoLink, Intel, etc. A tal ponto que seria mais apropriado renomeá-las como *ITcondominia*. A primeira fase de experiências com smart cities, desenvolvida grosso modo na primeira década do século XXI, entre 2001 e 2012, recebeu críticas bastante incisivas, dentre as quais as de Greenfield (2013), Townsend (2013), e outras menos incisivas como a de Richard Sennet (2012) com sua reflexão 'The stupefying smart cities'.(ROZESTRATEN, 2018, p.6)

De acordo com Figueiredo(2018), o mesmo complementa, a respeito do fenômeno *ITcondominia*, dizendo:

Na tentativa de compreender o discurso Smart City, é proposta uma caracterização do fenômeno em três gerações. A primeira, dos *ITcondominia*, ocorreu principalmente na primeira década do séc. XXI e é caracterizada por tentativas de se criar cidades inteiramente novas, dotadas do que seria a mais avançada tecnologia: Masdar e Songdo IBD são exemplos notáveis. Por serem projetos concebidos principalmente por empresas de TI e incorporadoras imobiliárias, essas empreitadas pouco ou nada tinham de diversos elementos urbanísticos e sociais fundamentais à constituição de cidades, lembrando mais showrooms ou condomínios empresariais: fruto do deslocamento da discussão sobre a cidade de uma esfera urbanística para uma de engenharia de sistemas. A ideia de se fazer cidades do zero era parcialmente devida à tecnologia de telecomunicação disponível na época: a fibra ótica, cuja implementação a posteriori era muito custosa por demandar uma malha de cabos abrangendo todo o território.(Idem, 2018, p.126)

2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018

1ª Geração: ITcondominia

Projetos de cidades inteiramente novas, dotadas da mais avançada tecnologia interligada por redes de fibra ótica.

Projetos feitos por renomados escritórios de arquitetura sob encomenda de empresas de TI e incorporadoras imobiliárias.

Deslocamento da discussão sobre a cidade da esfera do urbanismo para uma de engenharia de sistemas.

Carentes de elementos essenciais ao urbano: condomínios empresariais ou cidades?

Custos altíssimos.

Exemplos: Masdar, Songdo IBD.

2ª Geração: Smartificação de Cidades

As primeiras iniciativas de smartificações de cidades já existentes.

Definições de Smart City genéricas e pouco claras.

Tecnologia de sensoriamento e comunicação sem fio é pulverizada na cidade.

Projetos se dividem entre os domínios Hard (infraestrutura) e Soft (capital humano).

O termo Smart City ganha credibilidade por meio de qualidades urbanas previamente existentes nas cidades.

Exemplos: Rio de Janeiro, Amsterdã, Barcelona, Londres.

3ª Geração: Minas de Dados

A Smart City entra nas agendas nacionais.

Diretrizes e políticas públicas nacionais/regionais para coordenar esforços de smartificação.

Projetos em geral se limitam a aplicativos, fablabs e chatbots.

Ampla e irrestrita coleta de dados para melhora da gestão urbana, porém sem precisar como.

O termo Smart City assume o status de um selo de qualidade, para captura de investimentos, surgem diversos rankings e eventos.

Exemplos: Minha Cidade Inteligente (Brasil), Smart Cities Mission (Índia).

Figura 4 - Síntese diagramática do panorama histórico do fenômeno *Smart City*.

Fonte: Figueiredo, 2018.

Dando continuidade, Figueiredo(2018) salienta declarando que:

A operação de adjetivação da cidade pelo termo *Smart city* não passa de um esforço de *branding* que se apropria da fantasia da atribuição de inteligência – característica tipicamente humana – aos objetos da técnica: o discurso Smart se refere, entretanto, a um sentido reduzido do conceito de inteligência, relacionado à automação de tarefas pré-determinadas. A retórica da eficiência é muito utilizada, porém existe pouca garantia de que o aumento de eficiência beneficie um sistema ou processo eficaz e não um ineficaz.(Idem, 2018, p.127)

David et al.(2019) reforça o que é dito por Figueiredo(2018), da seguinte forma, ou seja, alega que a concepção tecnoutópica de que “os dispositivos tecnológicos são a resposta a todos os problemas”, acaba por promover uma espécie de ideia equivocada de que as práticas associadas às redes tecnológicas garantem em si cidades melhores. David et al.(2019) continua, afirmando que conforme é inserida tal lógica e embora os discursos corporativos falem explicitamente na participação da “comunidade”, tal participação, ela não é, senão, concretizada através do fornecimento de dados, sem qualquer abertura à mudança estrutural das iniciativas. Sendo assim, fica claro que tais projetos são vendidos como um modelo similar a pacotes fechados de TV a cabo, ou seja, uma a *smart city* que é comercializada como uma espécie de “combo” de mágicas soluções tecnológicas, mas que vem a serem decididas por poucos e consumidas por todos os demais(David et. al., 2019).

Para Rozestraten et al.(2016), tal nomenclatura pode ser questionada, pois nota-se a tendência a uma interpretação tecnocêntrica quanto à integração da tecnologia digital no ambiente urbano, sendo que para muitas referências urbanísticas a cidade vem a ser um fenômeno sociopolítico(Jacobs, por exemplo), como também, a cidade pode ser interpretada como uma entidade poético-estética(Argan, por exemplo). Além disso, fica possível levantar diversos questionamentos referentes ao uso de tal nomenclatura da seguinte forma:

Quais as implicações da atribuição da inteligência, característica tipicamente humana à cidade? O que torna uma cidade Smart? À medida que existem Smart Cities, existiriam “Stupid” Cities? Em cidades voltadas para a previsibilidade e o controle, o que de City resta à Smart City? Quais vivências seriam possíveis em uma versão brasileira da Smart City? Quando utiliza-se o termo “Smart City”, ao que se refere? Há um conceito guarda-chuva mais

preciso e rigoroso para denominar a presença disruptiva da tecnologia digital no meio urbano?(Idem, 2016, p.3)

Diante do que foi abordado, fica notório que a cidade passa a ser concebida como um projeto de produção e consumo estruturado em parâmetros de cima para baixo(*top-down*), ou seja, os cidadãos tornam-se meros consumidores, sendo avisados de soluções, muitas vezes, apenas depois delas já serem adotadas, sem consulta prévia, e em sua maioria, tais acessos ou soluções são precificadas, fazendo com que o cidadão não seja mais cidadão, mas, na verdade, um cliente, conforme Milton Santos já apontava em sua obra *as Cidades Mutiladas*(1996), isto é, tais modos de organização em tais projetos urbanos ditos “*smart*” geram uma forma de clientelismo cibernético colocado em um menu online, provocando uma mera ilusão de liberdade. Para Tambelli(2018), outras mazelas urbanas, tais como pobreza, desigualdade, discriminação, parecem estar em grande parte ausentes dessa narrativa. Além disso, Tambelli(2018) reforça a capacidade que alguns discursos possuem em uma maneira de construir a realidade social, por muitas vezes, de forma acrítica.

Tendo em vista o que foi supracitado, é extremamente importante a necessidade de se analisar com atenção a lógica argumentativa, por vezes implícita, de alguns defensores, vendedores e idealistas das chamadas “cidades conectadas”, sendo que, na verdade, tais projetos são , como é o exemplo do SCL, reflexos de projetos imobiliários *ITcondominia*(Figueiredo, 2018). Para Silva et. al.(2024), tal concepção acaba desconstruindo por si só o discurso promovido pelo grupo *Planet* em sanar o déficit habitacional da região, como também em ter a prerrogativa de ser direcionado ao público de menor rendimento, pois, de acordo com a CEO do *Planet Group*, em entrevista realizada por Pinho(2018), dos mais de 3 mil lotes vendidos naquele momento, cerca de 25% das vendas foram destinadas para paulistanos, sendo o segundo lugar de vendas seguida por mineiros. Portanto, isso afirma, veementemente, que muitas das vendas foram realizadas por investidores e também por pessoas que desejavam passar férias na região, ou seja, tal fato contribui fortemente com os fenômenos da especulação imobiliária e vilegiatura interestadual.

Outra questão apontada por Noronha(2023) é a de ausência do público na experiência de viver o lugar, sendo essa característica marcante e presente no que

tange aos espaços do próprio empreendimento, ou seja, por ser em sua completude um produto imobiliário privado, logo, fica perceptível a questão de uso dos espaços de lazer subordinados à lógica capitalista, ou seja, qualquer morador precisar realizar um agendamento prévio via plataforma digital do próprio *Planet Group*, bem como realização prévia do pagamento de taxas para utilização dos espaços. O que é demonstrado dessa forma:

Além desses, outro fato curioso, que só foi possível de ser observado mediante o diário de campo à SCL, foi que os moradores podem usar as soluções inteligentes e os locais disponibilizados na SCL, contudo, precisam pagar por boa parte delas (Figura 37). As bicicletas (Figura 38), quadra de futebol (Figura 39 e 40), algumas salas e ambientes no Hub de Inovação (Figura 41), são alguns dos exemplos de soluções que precisam ser pagas para o uso e devidamente agendadas de forma prévia. Desse modo, para que tudo isso seja diligenciado, apesar de existir o *Planet App*, necessita que os interessados dirijam-se, pessoalmente, até o *Hub* de Inovação, para efetuar o pagamento junto à gestora da Planet na Smart City Laguna, responsável pelas tratativas e também moradora do empreendimento. O lago que existe dentro da SCL, também acompanha essa logística funcional, o espaço (lago) pode ser usufruído por cidadãos externos a Smart City Laguna para passeios de *Jet Ski*, por exemplo, mas desde que também acertados os valores, dias e horários, diretamente com o escritório da Planet em Fortaleza (CE), comunicação essa também viabilizada pela gestora local. (NORONHA, 2023, p. 89)

É possível também destacar que esse aplicativo passa a fornecer a incorporadora uma renda constante, que acaba indo além do montante de renda originário do ciclo de incorporação imobiliária. Tal renda é originária, entre outros meios, com os acordos que acabam sendo fechados entre a incorporadora e empresas que busquem ter como consumidores os moradores/frequentadores da *Smart City*(Godinho, 2023). Visando à realização de vendas para os moradores, tais empresas oferecem descontos exclusivos a esse público, ao mesmo tempo que remuneram a incorporadora(Silva et. al., 2025). Algumas outras questões que chamam atenção diante da proposta do empreendimento em ser, digamos, “inteligente”, é a ausência de transporte público, como também de circuito elétrico de energia subterrânea e até mesmo a ausência de tratamento de esgoto, isto é, o empreendimento acaba por ficar, de certa forma, isolado das outras principais localidades, além de ter um déficit em serviços básicos como o saneamento, o que é verificado nos primeiros lotes vendidos é que eles ainda possuem instalação de fossa séptica para o tratamento do esgoto(Noronha, 2023). Diante disso, fica caracterizado que tal tipo de modelo de cidade foi apropriado pelo mercado

imobiliário neoliberal. Sendo assim, tal discurso semeado pela empresa configura-se, na verdade, como uma forma de *marketing* de vendas, tendo em seu âmago de intenção a atração tanto de compradores quanto de incentivos da prefeitura local. Portanto, por meio desses mecanismos de mercantilização da terra e modelo de negócio imobiliário, a empresa busca constantemente ampliar-se não só naquela região, mas em outros estados do cenário nacional, replicando o mesmo modelo de negócio tanto nesses estados quanto em outros municípios do Ceará(Ibid, 2023).

Um fato que também há de se destacar são as influências que movem o consumidor a adquirir a casa própria no empreendimento SCL, algo que foi verificado na página da incorporadora *Planet Group* do Youtube, destinada a publicidade do projeto imobiliário, onde são encontrados diversos comentários. Em uma análise de dados feita por Godinho(2023), foi constatado que a maioria dos comentários tinham relação com o sonho da casa própria, a partir desse recorte de comentários e levantamento de dados fica possível inferir que a categoria de “sonho” está presente em grande volume. O autor demonstra por meio desses dados que:

A categoria de “sonho” atribuída ao empreendimento é sustentado tanto pela questão do planejamento urbano e pela infraestrutura oferecida – associada na escala macro aos discursos de cidade inteligente -, quanto pela questão de realização da compra da casa própria para pessoas de baixa renda, que é tratado como um aspecto secundário nas narrativas oficiais, encaixado em um conceito mais ambíguo, como já vimos, o social. Ao entrevistar diferentes moradores da Smart City Laguna, pude constatar, na realidade, que o sonho da casa própria é a principal motivação para compra de uma casa no loteamento.(GODINHO, 2023, p.77)

Frente a isso, tendo em vista que as identidades representam vínculos a lugares, eventos símbolos e histórias particulares (Godinho, 2023, *apud* Hall, 2006), a narrativa articulada pela incorporadora *Planet*, possui em seu cerne o poder de engajar moradores unindo maneira particularista de vínculo com o pertencimento ao lugar. Além disso, o discurso imbuído em *marketing* também possui o potencial de projetar o empreendimento no mercado global causando, assim, interesses dos mais diversos investidores e tornando possível maiores articulações com o poder municipal da localidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente estudo, foi possível analisar as questões complexas que envolvem as concepções de cidades inteligentes, podendo, dessa forma, examinar as inúmeras contradições sobressaltadas na (re)produção do espaço geográfico do distrito de Croatá em São Gonçalo do Amarante-CE. As análises resultaram na detecção de políticas urbanas pautadas em um modelo corporativo empresarial transnacional que está atrelado à lógica neoliberal de financeirização imobiliária da habitação, estando a mesma, fortemente impulsionada por estratégias de *marketing* que possuem o intuito de maximização das vendas com os slogans de “primeira cidade inteligente do Brasil” e “primeira cidade inteligente inclusiva do mundo”, em que, tais campanhas publicitárias, possuem a intenção de despertar a curiosidade de diversas pessoas, mas oculta o que, na verdade, é um projeto imobiliário de *ITcondominia*, tal uso de campanhas massivas de publicidade aliada com uma estratégia *dumping* para concretização de vendas, provoca, conseqüentemente, o lucro da empresa imobiliária que subsidia e detêm os diversos lotes de imóveis distribuídos em vários hectares.

Em suma, foi constatado um aumento da especulação imobiliária, fator esse, resultante das vendas para investidores pertencentes a outros estados da união federativa, além do uso de um discurso cooptado por uma prática empreendedora corporativista, pautado no discurso “smart city” como solução tecnológica para os moradores, mas que, na verdade, tem em seu âmago uma espécie de “fachada” para atração de consumidores, estando atrelado a uma visão tecnocêntrica, instrumentalizada e imbricada a uma agenda neoliberal onde entram em congruência urbanismo de plataforma, infraestruturas digitais e tecnologias da informação-comunicação que não estão materializadas conforme as campanhas publicitárias.

Além do que foi declarado, fica evidenciada a ausência do sentimento de viver público, ao observar que no empreendimento, basicamente, todos os serviços são pagos, isto é, há um esfacelamento das experiências que não são regidas pela lógica *pay upfront* ou pagar na hora, ou seja, acarreta uma espécie de pagamento do pagamento, tendo em vista que o morador além de ter que pagar pelo imóvel e arcar com as mensalidades do condomínio, precisa também pagar para utilizar a maioria dos espaços no empreendimento. Desta forma, tal modelo de

implementação imobiliária pautado no discurso neoliberal “*smart*” e no urbanismo de plataforma, provoca a maximização dos lucros das empresas, onde as lucralidades são extraídas diretamente do morador que é transmutado em cliente nos imóveis. A implementação desses empreendimentos acaba gerando um aprofundamento das disparidades socioespaciais e acentuando os padrões desiguais de desenvolvimento do espaço geográfico.

Por fim, a financeirização de áreas básicas: saúde, habitação, saneamento e educação, causa o endividamento das famílias, os mesmos passam a ter que gastar suas rendas com os serviços básicos que deveriam ser fornecidos pelo estado, a condição urbana dos cidadãos fica asfixiada socioeconomicamente. Fica averiguado que a tecnologia está estruturada em oligopólios de empresas mundiais que possuem uma capitalização estratosférica. Sendo assim, tanto as incorporadoras quanto os estados buscam a associação com os aparatos técnicos fabricados por elas, justamente, para realização de projetos de cidades inteligentes neoliberais, buscando implementar o urbanismo de plataforma nos mesmos, provocando uma instrumentalização da tecnologia e piora substantiva das condições da habitação e do trabalho com fins de acumulação capitalista, como também a despolitização dos cidadãos que estão sujeitados a adoção das lógicas neoliberais de ordenamento dos municípios em que esses projetos “*ITcondominia*” são implementados.

REFERÊNCIAS

ALVES, P.; BRANCO, T. **Smart Cities como dispositivos biopolíticos**. VI simpósio internacional Lavits. Salvador, 2019. Disponível em: <<https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/TeixeiraBlanco-LAVITISS-2019.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2024

ANDRÉ, L.; ALVES, L. Sobre a iminência das cidades inteligentes: algumas reflexões. **Revista Rural & Urbano**, v. 7, n. 2, p. 231–231, 16 dez. 2022.

BRAGA, Luiz Carlos Montans. Álvaro Vieira Pinto e a filosofia política da técnica. **Revista Tecnologia e Sociedade**. UTFPR: Paraná. v.19, n.57. 2023.

BOTELHO, Murilo Lima. Superacumulação e colapso do capitalismo no Brasil em retrospectiva», *Geografares* [Online], n.28 | 2019. Disponível em: URL: <http://journals.openedition.org/geografares/2369> . Acesso em: 7 de abril 2025.

CABRAL, M. **Planet Smart City capta US\$ 53 milhões em aportes para listar ações na Nasdaq - Portal IN - Pompeu Vasconcelos - Balada IN**. Disponível em:<<https://www.portalin.com.br/negocios/planet-smart-city-capta-us-53-milhoes-em-aportes-para-listar-aco-es-na-nasdaq/>>

CAMPOY, Janaína. **Planet Smart City completes latest fundraising taking total capital to €100m**. [s.l:s.n.]. [s.d] Disponível em:<<https://planetsmartcity.com/wp-content/uploads/2023/06/planet-smart-city-completes-latest-fundraising-taking-total-capital-to-euro100m.pdf>>.

CANETTIERI, Thiago. URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E O VIOLENTO NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL: DEZ CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPLOÇÃO DO CONFLITO SOCIAL BRASILEIRO. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.26, 2024.

CARVALHO, Grazielle. **CENÁRIOS FUTUROS PARA CIDADES INTELIGENTES**. 1ª edição. São Paulo: Trilha Treinamentos e Consultoria, 2021.

CERQUEIRA-NETO,S; DOS SANTOS, c. J. A ciência e a tecnologia na visão de Milton Santos. **GeoTextos**, vol. 13, n. 2, dez. 2017.

COAIO, J. W.; CHAGAS, P. B. Cidades inteligentes, democráticas e inclusivas: reflexões iniciais. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 10, n. 1, p. 1–15, 2025.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz(org.). **Marx, a geografia e a teoria crítica**. Rio de Janeiro : Consequência Editora, 2023. 384 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995

DAVID, Jéssica da Silva; CARVALHO, Ulisses dos Anjos; PEDRO, Rosa Maria Leite. Cidades tolas, cidades inteligentes, cidades espertas. **IV Simpósio internacional LAVITS** 2019. Salvador, BA. 2019. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/David_Carvalho_Pedro-2019-LAVITS.pdf >

DUARTE, F. ; CZAJKOWSKI JÚNIOR, S. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 41, n. 2, p. 273 a 282, 2007. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6587> >. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo. Autonomia Literária, 2017

FALCÃO, M. Planet Smart terá aporte de grupo holandês. **Valor econômico**.Disponívelem:<<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/03/05/planet-smart-tera-aporte-de-grupo-holandes.ghtml>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

FÉLIX JÚNIOR, L. A. et al. **Governança pública nas cidades inteligentes**: revisão teórica sobre seus principais elementos. repositorio.enap.gov.br, 2020.

FERREIRA, Pedro H. Cícero. A produção do espaço condicionada entre a smart city e o urbanismo de plataforma. Revista Indisciplinar, Belo Horizonte: UFMG, v.14, n.1, p. 398 - 411, 2024.

FIGUEIREDO, Gabriel Mazzola Poli. Cidades inteligentes no contexto brasileiro: a importância de uma reflexão crítica. **IV ENANPARQ**. 2016.

FIGUEIREDO, Gabriel Mazzola Poli de. **O discurso e a prática da smart city:** perspectivas críticas e aproximações sistemáticas no contexto de metrópoles latino-americanas. 2018. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.16.2018.

FIRMINO, R. **Cidade ampliada:** desenvolvimento urbano e tecnologias da informação e comunicação. São Paulo: Hedra, 2011.

GODINHO, F. L. **“Viver além de morar”:** discursos e implementação de uma Smart City no Brasil. UFSC, Santa Catarina. 2023

GREENFIELD, Adam. **Against the smart city.** (The city is here for you to use), Do projects. Kindle. Ed. 1.2, 2013.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003.

HAHN de SOUZA; RIPA, R. O conceito de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto, **32º SIC UDESC**, Universidade Estadual de Campinas. 2022.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Ed.18. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo: **Espaço e Debates**, ano 16, n. 39, p. 48-6, quadrimestral, 1996.

HONNETH, Axel. Observações sobre a reificação. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, jan.-abr. 2008.

IHU(Instituto Humanitas Unisinos). Caminhos para combater o tecnofeudalismo - **Outras Palavras**. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias-caminhos-para-combater-o-tecnofeudalismo/>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Municipal Croatá**. Fortaleza, IPECE. 2017. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Croata_2017.pdf. Acesso em: 05 maio 2025.

KALINOSKI, R.; PROCOPIUCK, M. Financeirização imobiliária em dois momentos: da produção à ocupação via proptechs. **Cadernos Metrópole**, v. 24, n. 53, p. 119–146, 24 nov. 2021.

LESSÍ, I.; FARIAS, P. **FINANCEIRIZAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS: a inclusão social pelo endividamento das famílias**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/32519/FINANCEIRIZACA-O-E-POLITICAS-SOCIAIS-a-inclusao-social-pelo-endividamento-das-familias.pdf>>. Acesso em: 17 maio de 2025.

MARX, K; ENGELS, F. **O Capital**: crítica da economia política. 16 ed. São Paulo: Boitempo. 2013.

MOTA, Giovane da Silva. **O Prometeu traído**: espaço, técnica e controle no capitalismo monopolista e tecnológico. 2016. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

LANZA, Isaura Barbosa de Oliveira ;DURIGUETTO, Maria Lúcia. Acumulação flexível e digitalização da economia: acentuação da precarização das condições e relações de trabalho. **O social em questão**, v. 1, n. 58, 4 jan. 2024.

MASSONETTO, L.; TAVARES, V. P. Cidades inteligentes não-proprietárias: uma disputa conceitual e narrativa. **V ENEPECP**, 2023. Disponível em: <<https://anepecp.org/ojs/index.php/br/article/view/99>>

MARCHESINI JUNIOR, Atilio. A Produção E O Consumo Do Espaço Na Atual “Sociedade Do Consumo”. **Para Onde!?** . Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2010.

MELO, R. Reificação e Reconhecimento. **Ethic@**. Florianópolis, v.9, n.2, p.223 - 237. Dez. 2010.

MENDES, Luís. A questão da habitação revisitada e a produção capitalista do espaço urbano. **Caderno Vermelho**, n.26, pp.28-33. 2018.

MOORE, JASON W. **Antropoceno ou Capitaloceno?** Tradução: Antônio Xerxenesky & Fernando Silva e Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

MOROZOV, E.; BRIA, F. **A cidade inteligente: Tecnologias urbanas e democracia**. 1a edição. São Paulo: Ubu Editora - Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

NETO, G. Um convite para desmercantilizar as cidades | **Outras Palavras**. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/cidadesemtrase/um-convite-para-desmercantilizar-as-cidades/>>. Acesso em: 26 jan. 2025.

NORONHA, Hayanna Melo de. **As cidades inteligentes apropriadas pelo mercado imobiliário: uma análise das conexões e contingências na implementação das smarts cities brasileiras**. Orientadora: Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros. 2022. 134f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

PATRÍCIO, Catarina. Paisagens pós-industriais: A cidade inteligente como território retórico. **Modas, modos, maneiras**. Universidade NOVA de Lisboa, p.47. [s.d.]

PEREIRA, Alexandre Queiroz ; COSTA, Maria Clélia Lustosa.(orgs.) **Reforma urbana e direito à cidade**: Fortaleza. ed.1 - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

PEQUENO, Renato. ANÁLISE SÓCIO-OCUPACIONAL DA ESTRUTURA INTRA-URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (analysis of social occupational of intra-urban structure of the Metropolitan Region of Fortaleza). **Mercator**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. p. 71 a 86, nov. 2008

PESSANHA, Roberto de Moraes. Commoditificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma. **COMCIENCIA**, 2020. Disponível em: <
<https://www.comciencia.br/commoditificacao-de-dados-concentracao-economica-e-controle-politico-como-elementos-da-autofagia-do-capitalismo-de-plataforma> . Acesso em: 7 fev.. 2024.

PIRES, Luiz Fernando Rodrigues. **Os quatro significados de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto**. Revista iniciação e formação docente. v.8, n.3, 2021.

RIBEIRO FILHO, N. R. Big data e Geografia Humana: uma provocação V.1 - **IGOT UL**. 2016.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; DINIZ, Nelson. A ordem-urbano regional na dependência. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.27, 2025.

ROZESTRATEN, Artur Simões. Dúvidas, fantasias e delírio: smart cities, uma aproximação crítica. **Cidades "Inteligentes" e poéticas urbanas: imaginário: construir e habitar a terra**. São Paulo: Annablume/FAUUSP, 2018.

ROZESTRATEN, Artur Simões; VASSÃO, Caio Adorno; FIGUEIREDO, Gabriel Mazzola Poli; GIRARD, Lucas. IMAGINÁRIO E TECNOLOGIA: CIDADES "INTELIGENTES" E POÉTICAS URBANAS. **IX Simpósio nacional ABCiber - cibercultura, democracia e liberdade no Brasil**. São Paulo: PUC-SP. 2016.

SALLES, Rafaela Motta Monteiro de. **Financeirização do cotidiano das famílias brasileiras: uma análise sobre o estímulo ao crédito pessoal no Brasil e suas consequências**. 2022. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Fábio L. ; VEGRO, Maria Fernanda. A ordem do discurso da imagem do habitar contemporâneo: o real subsumido pelo capital. **Indisciplinar**, ed.4(5),p.218-243.2017.

Disponível em: <periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/33453>

SANTOS, B. L. C; FRANÇA JÚNIOR, F. de Assis; MACÊDO, Priscilla. A agenda neoliberal e o avanço das cidades inteligentes: problemas do capitalismo de vigilância como produto das parcerias público-privadas. **RJLB**, Ano 9. n. 5, 2023.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**. Associação dos geógrafos brasileiros: São paulo. v.1, n.54, 1977.

SARAIVA, Luiz Alex Silva / ENOQUE, Alessandro Gomes (org). **Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário**. Ituiutaba: Barlavento, 2019. p. 433.

SEIXAS, Lucas Pinto; BORDIGNON, Isabela M. Campinas, cidade inteligente: do fetichismo à pós-política do espaço urbano. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.10, n.2, 2020.

SILVA, C. F. DA.; TANCMAN, MICHÉLE. **A dimensão socioespacial do ciberespaço: uma nota**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13351/8551>>. Acesso em: 02 jan. 2025.

SILVA, Wesley Moraes da. **A participação de atores externos globais na produção dos espaços locais**: O caso da Smart city Laguna na cidade de São Gonçalo do Amarante (CE). UFPE, Recife, 2021. p.148.

SILVA, W. Moraes da; SARABIA, M. L.; RIBEIRO, M. Smart cities: formulações teóricas e aproximações empíricas no cenário nacional e internacional. **Cadernos Metrópole**, v. 27, 11 dez. 2024.

SIQUEIRA, V. **O espaço, a cidade e o meio no biopoder** - Michel Foucault. Disponível:<<https://colunastortas.com.br/o-espaco-a-cidade-e-o-meio-no-biopoder-michel-foucault/#:~:text=O%20biopoder%20%C3%A9%20uma%20tecnologia> >. Acesso em: 1 fev. 2024.

SOBARZO, Oscar. A produ o do espaço público: da domina o   apropria o. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N  19, pp. 93 - 111, 2006.

SOUZA, Angelita Matos. Porque o regime de expropria o neoliberal sobrevive? **Revista Iberoamericana de Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 9, p. 1-5, 2023.

STORPER, Michael; J SCOTT, Allen. Debates atuais sobre a teoria urbana: uma avalia o crítica. Tradu o: Ana Maria Leite de Barros. **Geografares**, [S.l.], n. 27, p. 30–62, 2018. DOI:10.7147/GEO27.22001. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/22001>. Acesso em: 22 fev. 2024.

TAMBELLI, C. N. B. . **Smart Cities**: uma breve investiga o crítica sobre os limites de uma narrativa contemporânea sobre cidades e tecnologia. São Paulo: Editora USP, 2018.

WEISS, M. C.; BERNARDES, R. C.; CONSONI, F. L. Cidades inteligentes: casos e perspectivas para as cidades brasileiras. Americana: **Revista Tecnológica da Fatec Americana**, v. 5, p.1-13, 2017.

